

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A IDENTIDADE DO AGRICULTOR FAMILIAR A PARTIR DA
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO INTEGRADOS A COMPLEXOS
AGROINDUSTRIAIS NA ZONA RURAL DE SÃO PEDRO DA SERRA-RS**

ALINE HENTZ

**PORTO ALEGRE
2014**

Aline Hentz

A IDENTIDADE DO AGRICULTOR FAMILIAR A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO
DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO INTEGRADOS A COMPLEXOS
AGROINDUSTRIAIS NA ZONA RURAL DE SÃO PEDRO DA SERRA-RS

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Geografia, da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito parcial para obtenção
de título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra Rosa Maria Vieira Medeiros

Porto Alegre

2014

Aline Hentz

A IDENTIDADE DO AGRICULTOR FAMILIAR A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DE
SISTEMAS DE PRODUÇÃO INTEGRADOS A COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS
NA ZONA RURAL DE SÃO PEDRO DA SERRA-RS

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Geografia, da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito parcial para obtenção
de título de Mestre em Geografia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Ivanira Falcade – Universidade de Caxias do Sul

Luis Fernando Mazzini – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Eduardo Ernesto Filippi – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao Senhor do Universo, força maior que ilumina.

Aos meus pais, Claudio e Ilda, pela educação, reflexões e aprendizado para a vida que me fizeram trilhar os caminhos do rural. Ao meu namorado Tiago Laurício Schneider, pela compreensão, apoio e por compartilhar comigo novas reflexões sobre o rural.

À orientadora Prof^a Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros por ter acolhido e orientado as presentes ideias de estudo sobre o rural. Mais do que orientadora, é um exemplo de profissional incansável pela causa rural.

Aos colegas do NEAG, nas proveitosas e animadas conversas, eventos, reflexões, cafés. Uma menção especial ao Joel Melchior que nunca poupou sua boa vontade em ajudar. Colegas e professores do POSGEA, toda turma muito especial. Lembrança especial a Mariana Aita Dadda, Leonardo Palombini e Mara Alini Meier. Aos colegas e professores do PGDR. Ao colega e amigo Mestre Cristiano Nicolini, sempre disposto a dividir livros, artigos, lasanhas e reflexões.

Aurélio Amaro, não encontro definições para expressar o quanto foste importante, dando apoio moral e prático, tens um lugar especial neste estudo e na minha memória.

À administração do Município de São Pedro da Serra, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e EMATER pelas informações e disposição em colaborar com a presente dissertação. Menção especial ao Técnico em Agropecuária Gelcy Baumgarten e ao prefeito Ari Miguel Weschenfelder que oportunizaram os contatos e a maioria dos dados. Agradecimento especial a todos os agricultores familiares entrevistados, pela colaboração, acolhida e confiança.

A UFRGS que proporciona ensino de qualidade, estrutura e eventos para promover o conhecimento.

Para viver, o homem deve ver algum valor em seu mundo. O agricultor não é exceção. Sua vida está atrelada aos grandes ciclos da natureza; está enraizada no nascimento, crescimento e morte das coisas vivas; apesar de dura, ostenta uma seriedade que poucas ocupações podem igualar. De fato, pouco se sabe sobre as atitudes dos agricultores para com a natureza. O que existe é uma vasta literatura, em grande parte sentimental, sobre a vida rural, escrita por pessoas com mãos sem calosidade.

Yi-Fu Tuan

RESUMO

A agricultura familiar possui importância muito acima de seus produtos alimentares, sua inserção social se torna meio de propagação de tradições, costumes, e a sabedoria que os povos foram adquirindo ao longo de sua história. A forma de organização familiar ainda preserva muitas características culturais das etnias, das comunidades e organização social, sendo por isso, muito provável que no advento das formas industriais e racionalizadas de produção moderna estejam ocorrendo transformações nesse ambiente. No presente trabalho, mostramos algumas características do município de São Pedro da Serra/RS/Brasil, onde tem sido incentivado o sistema de produção integrada aos complexos agroindustriais, o qual se baseia em sistemas tecnificados de produção. Em São Pedro da Serra-RS, há o predomínio de pequenas propriedades e minifúndios, mas a produção agrícola mais incentivada no atual contexto econômico está voltada ao grande proprietário, o que deixa muitos pequenos agricultores sem opções de renda. A criação de suínos e frangos para corte são as atividades integradas. Esta forma de produzir tem vantagens tanto para o agricultor familiar, devido as pequenas áreas necessárias e a garantia de renda, como para o poder público, pois esse passa a arrecadar consideráveis quantias em impostos. O complexo agroindustrial, por sua vez, transfere várias etapas da criação dos animais aos agricultores, sem ser necessário dispendere recursos com construções e pagamento de funcionários nesta etapa. Neste trabalho averiguamos as características dos agricultores envolvidos com a integração, em especial aspectos relacionados à sua percepção da profissão de agricultor e sua identidade na contemporaneidade. As pesquisas mostram um panorama de recentes relações de empresas agroindustriais em uma região de colonização alemã, com pequenas propriedades, ou seja, mundo rural cada vez mais heterogêneo precisa ser continuamente desvendado para superar visões dicotômicas ou até muitas vezes unificadoras de sua realidade. Este trabalho visa contribuir, ampliando os horizontes do que entende-se por rural na contemporaneidade.

Palavras-chave: Agricultura familiar, identidade, agroindústrias.

ABSTRACT

Family farming has importance far above their food products; its social integration becomes means of spreading traditions, customs, and the wisdom that people acquired throughout its history. The family organization form still preserves many cultural characteristics of ethnic groups, community and social organization, and therefore, very likely that at the advent of industrial and rationalized forms of modern production changes are occurring in this environment. In the present work, some characteristics of São Pedro da Serra / RS / Brazil are shown where the integrated production system to agro-industrial complex has been encouraged, which is based on technified production systems. In São Pedro da Serra-RS, there is a predominance of small farms and smallholdings, but the agricultural production most encouraged in the current economic context is aimed at the large owner, leaving many small farmers without income options. The breeding of pigs and chickens for cutting are the integrated activities. This way of producing has advantages both for the family farmer, due to small areas needed and income security, and for the government, as it begins to raise considerable sums in taxes. The agro industrial complex, on the other hand, transfers several stages of animal husbandry to farmers, without having to spend resources on buildings and employees payment at this stage. In this paper we investigate the characteristics of the farmers involved with the integration, especially the aspects related to their perception of the farming profession and their identity in contemporary times. The researches show an overview of recent relations of agro-industrial companies in a German colonization area, with small farms, in other words, the rural world increasingly heterogeneous needs to be continually unveiled to overcome dichotomous views or even often unifying of its reality. This paper aims to contribute, expanding the horizons of what is meant by rural nowadays.

Key-words: Family Farming , Identity , Agribusiness.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização do município de São Pedro da Serra.....	16
Figura 2 - Mapa da área urbana e rural de São Pedro da Serra, 2008	53
Figura 3 - Evolução da participação do setor primário de 2002-2010	55
Figura 4 - Idade média das pessoas, por grupos	58
Figura 5 - Policultura e ocupação dos agricultores entrevistados.	59
Figura 6 - Perspectiva de sucessão na propriedade das famílias entrevistadas.	60
Figura 7 - Residência, construída pelo avô e preservada como moradia pela família Vrielink.....	63
Figura 8 - Muros de pedras, chamados taipas, onde os porcos ficavam presos.	64
Figura 9 - Paisagem rural de São Pedro da Serra.	85
Figura 10 - O novo e o antigo se fundem nas formas e nos usos.	87
Figura 11 - Aspecto do espaço rural da comunidade de Vila Nova.....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Grupos de agricultores entrevistados.....	45
Tabela 2 - Distribuição fundiária em São Pedro da Serra	54

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. A AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS DISCUSSÕES	17
2.1 Identidades em construção no território	24
2.2 Integrados e agroindústria	39
3. CONHECER O TERRITÓRIO E SUAS RELAÇÕES.....	43
4. FORMAÇÃO, CULTURA E SISTEMAS INTEGRADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA SERRA	47
4.1 A imigração alemã e a formação identitária	48
4.2 A agricultura familiar no município.....	50
4.3 Os sistemas de produção integrados no município de São Pedro da Serra	55
4.3.1 O futuro da atividade no município	56
5. OS IMPACTOS DAS ATIVIDADES INTEGRADAS NA IDENTIDADE DOS AGRICULTORES	58
5.1 A percepção dos agricultores sobre sua atividade	60
5.1.1 A tradição familiar	61
5.1.2 Modernidade técnica	65
5.2 O papel da pluriatividade.....	70
5.3 Jovens e a sucessão familiar	71
5.4. Cultura e Relações comunitárias.....	76
5.5 Agricultura familiar e suas relações com o espaço: continuidades ou redefinições	79
5.5.1 Espaços em transformação: materialização na paisagem.	84
5.6.Território e identidade dos integrados	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
APÊNDICE 1 –ROTEIRO DA ENTREVISTA AOS AGRICULTORES FAMILIARES INTEGRADOS.....	101

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é mais que uma forma de organização de trabalho no meio rural, é também local de reprodução de saberes, culturas e costumes sociais de comunidades. A interação das pessoas com seu espaço, modos de produzir e culturas garantiu por muito tempo a reprodução social deste sistema, sendo considerado até mesmo como fator importante para analisarmos os bons índices de desenvolvimento humano observados nessas regiões.

A segurança alimentar advinda dos saberes da agricultura familiar auxiliou nesses índices, porém nos últimos anos, devido ao advento das técnicas pós-modernas de produção¹, essas comunidades passaram a conhecer mudanças no trabalho e na cultura.

Os modos de produzir na agricultura estão sendo alterados. A busca por padronização dos produtos, produtividade e racionalidade na produção levou grandes investimentos a dinamizarem esta área econômica. Neste processo, muitos agricultores sem recursos financeiros suficientes para atender às novas demandas, ficaram marginalizados, passando a sofrer concorrência mundial em seus produtos.

No Brasil tem se destacado os complexos agroindustriais, que utilizam das riquezas naturais e mão-de-obra barata dos agricultores para ofertar ao mercado externo produtos com preço baixos. Como forma de baratear os custos de produção as empresas propõem aos agricultores o sistema integrado de produção². No caso do município de São Pedro da Serra, as principais atividades são a criação de frangos e suínos para corte. Neste sistema integrado, os agricultores deverão construir instalações adequadas em suas propriedades e realizar os cuidados com os animais que chegam filhotes, até se desenvolverem no ponto de abate. Toda instrução técnica para o trabalho e insumos serão fornecidos ao agricultor, que receberá pagamento baseados em índices de resultado.

O agricultor familiar que produzia para subsistência e com técnicas de trabalho pouco dinâmicas fica cada vez mais inserido e dependente de normas e técnicas externas e racionais. Essas técnicas reduzem a penosidade e incertezas da

¹ Essas técnicas se referem à racionalização de processos na busca por padronização e controle e está ligada a mecanização, bem como a utilização de insumos provenientes de indústrias químicas e de melhoramento genético.

² O sistema integrado é uma forma de verticalização da produção agropecuária na qual o agricultor fornece matéria prima para a indústria através de contratos de fidelidade, preços e padrões para o produto.

produção, fatores que atraem os agricultores. Em meio a essas mudanças, surgem , entre os agricultores, novas formas e ambições de consumo. Mercadorias antes inacessíveis por conta de seus preços e que aumentam o conforto dos usuários (como aparelhos de ar-condicionado, carros novos), assim como a renovação de eletrodomésticos, passam ser por eles desejados em função do aumento do crédito e da possibilidade de financiamentos curto e médio prazo. Dessa forma, os agricultores ambicionam obter segurança nos rendimentos.

Historicamente, a região do vale do Rio Caí, na qual está inserido o município de São Pedro da Serra/RS foi colonizada por imigrantes, especialmente, alemães e alguns italianos, no final do século XIX e início do século XX. As famílias se reuniam em comunidades centralizadas pela igreja e escola, reproduzindo os costumes que trouxeram de seus países. A grande maioria vivia da agricultura e algumas pessoas passaram a exercer outras profissões necessárias em uma região tão afastada de cidades, como oleiros, alfaiates, ferreiros, moleiros etc. Todas essas profissões e a organização da comunidade eram voltadas as suas necessidades. a emancipação do município de São Pedro da Serra só aconteceu com a organização da população, assim houveram alterações políticas e de território.

Desde então o poder público local tem apoiado atividades que gerem retornos orçamentários para realizar as obras públicas. Embora a tendência seja o incentivo a indústrias para ocupar mão-de-obra e melhorar índices sociais de desemprego e pobreza, nesta região nenhuma tentativa teve sucesso, existindo apenas pequenas indústrias de capital familiar.

O município de São Pedro da Serra tem como atividade econômica principal a produção primária. A maioria de sua população reside no meio rural (57% segundo IBGE, 2010). Desde os anos 90 passou a destacar-se a criação integrada de frangos e suínos, embora desde a década de 1970 já existissem prenúncios dessa atividade com a criação de empresa de destaque na região. A abertura do Brasil ao mercado externo levou investidores do ramo alimentício a ampliarem essa atividade e utilizarem a mão-de-obra e recursos existentes nas regiões de pequenas propriedades.

Assim, o poder público passou a incentivar produtores rurais que quisessem fazer parcerias com as empresas. Na maioria das vezes a empresa agroindustrial procura a prefeitura para que faça o contato com os produtores possivelmente interessados. No caso de São Pedro da Serra, foram criadas diversas leis de

incentivo à implantação desses empreendimentos, desde o fornecimento de serviços com máquinas pesadas até doação de materiais para construção do galpão para alojamento dos animais.

É provável que, em meio à essas transformações econômicas, também tenham ocorrido mudanças na identidade dos agricultores familiares, alterando, desta forma, as relações que se materializam na realidade do território rural municipal em questão.

A partir deste contexto, fizemos o seguinte questionamento: As transformações ocorridas no espaço rural de São Pedro da Serra estão influenciando na relação do agricultor com o território e na sua identidade? Aconteceram modificações no sentimento de pertencimento e na identidade desses agricultores familiares?

Tem-se como hipótese que os agricultores do município de São Pedro da Serra estão perdendo sua identidade com a agricultura familiar por conta de sua adesão aos sistemas integrados de produção de aves e suínos, trazidos pelas grandes agroindústrias.

Nossa pesquisa partiu da intenção de averiguar a existência do processo de perda da identidade dos agricultores familiares do município de São Pedro da Serra-RS frente ao avanço dos sistemas de produção integrado na região. Para tanto, pretendemos ampliar a análise seguindo as ações a seguir:

- a) Identificar e caracterizar os atores presentes no espaço rural de São Pedro da Serra;
- b) Averiguar as transformações ocorridas a partir da aplicação de políticas públicas e privadas no espaço rural do município;
- c) Verificar a existência de sentimentos topofílicos nos agricultores familiares de São Pedro da Serra-RS.
- d) Apontar os fatores que provocaram o enfraquecimento das identidades tradicionais dos agricultores familiares advindas das mudanças nos modos de produção;
- e) Elucidar mudanças na paisagem rural que estão ocorrendo nos territórios da agricultura familiar do município de São Pedro da Serra-RS.

A partir disso nossa visão de ruralidade se pauta em trabalhos recentes, os quais estão tratando o espaço rural em toda sua multiplicidade de fatores. Deste

modo, termo ruralidade vem sendo usado por diversos autores para identificar o modo de vida, a sociabilidade e relações internas específicas. Para Medeiros(2011):

Ruralidade é uma construção social contextualizada, com uma natureza reflexiva, ou seja, ela é o resultado de ações dos sujeitos que internalizam e externalizam através dessas ações a sua condição sócio-cultural presente, reflexo daquela herdada dos seus antepassados. Nesta ruralidade, esta expressa a capacidade destes sujeitos de se adaptarem às novas condições resultantes das influências externas. (MEDEIROS, 2011, p. 61)

A autora prossegue refletindo sobre a construção e entendimento desta ruralidade, conceito dinâmico, de interpretações e elementos dinâmicos, fazendo com que o conceito de rural se modifique, pois o espaço rural está sendo transformado.

Medeiros (2011) comenta que na modernidade existe uma tensão entre o "(...) rural e o urbano em virtude da valoração excessiva dirigida ao urbano, que ainda é visto e pensado como sinônimo de progresso, ao contrário do rural visto como sinônimo do atraso, do tradicional" (MEDEIROS, 2011, p. 62). Atualmente, com a ressignificação do rural, diversas atividades são enfatizadas como as atrações turísticas e de lazer, de moradia, prestação de serviços, atividades ligadas a produtos específicos, mostrando assim que o rural não é necessariamente atrasado e conservador. São debates importantes tanto academicamente quanto para elaboração de políticas públicas. Para a pesquisadora o rural não se 'perde', mas sim, reafirma sua importância e particularidade.

A definição do que é rural passa pela dificuldade de se apreender a diversidade de relações entre atividades agrícolas e industriais, transformações culturais, etc. Desta forma Saraceno (1996) considera que o conceito de ruralidade não pode ser homogêneo:

Em parte devido ao fato de que as outras atividades paralelas/integradas com as agrícolas variam muito segundo os contextos, em parte pelo modo com que algumas funções urbanas foram incorporadas e adaptadas no ambiente rural, somos quase obrigados a procurar um novo critério de diferenciação espacial ou, alternativamente, alguma ulterior qualificação do rural que permita captar a diversidade crescente. (SARACENO, 1996, p.3)

A visão de um rural tradicional apostado ao urbano, dinâmico e aberto às inovações tem se sobreposto até mesmo a elaboração de políticas públicas para

esses territórios: “Essa imagem genérica e ideal da ruralidade tem levado frequentemente a uma visão esquemática e padronizada dos seus problemas e das políticas, por sua vez indiferenciadas, de sustentação, impostas quase sempre ao setor agrícola”. (SARACENO, 1996, p.3)

A definição de rural de cada município passa também pelo estabelecimento de seus limites de caráter meramente administrativo, como menciona Rambo (2005) em seu estudo sobre Itapiranga/SC. Da mesma forma como nesse município, diversos outros tem o rural definido pelo “(...) arbítrio dos poderes públicos municipais, nos quais as consequências fiscais da definição acabam tendo mais relevância que seus aspectos geográficos, culturais, sociais e econômicos”. (RAMBO, 2005, p. 108).

O tema desenvolvimento rural pode ser considerado sempre atual. O mundo interligado trouxe novas concepções ao rural, no trabalho, na organização, na vida, muitas vezes alterando construções sociais criadas localmente às gerações. No desafio de se analisar, como se configura esta realidade, coloca-se a necessidade de perceber que presenciamos uma construção de mundo marcada pela lógica capitalista industrial e financeira. As políticas públicas e as ações das empresas, em especial, as transnacionais, têm ocasionado alterações nas formas de produção agrícola e mesmo na vida e na dinâmica social das regiões de atuação, uma vez que a noção e importância do tempo da agroindústria moderna e standardizada são diferentes do tempo da agricultura tradicional, baseada principalmente nos eventos climáticos e organização da produção conforme as demandas da família.

O espaço escolhido para este estudo é o meio rural do município de São Pedro da Serra/RS, onde as relações de trabalho se efetivam tanto na produção como em outros aspectos da vida das pessoas, como na cultura e comércio. São atividades agrícolas que tem se modificado especialmente nos últimos 10 anos devido aos grandes incentivos dos governos locais para construção de galpões integrados à complexos agroindustriais, nos quais o agricultor passa a trabalhar em uma lógica de trabalho diferente da agricultura tradicional. A atividade integrada refere-se aos galpões de criação avícola (frangos de corte, frangos postura de ovos e perus) e de suínos.

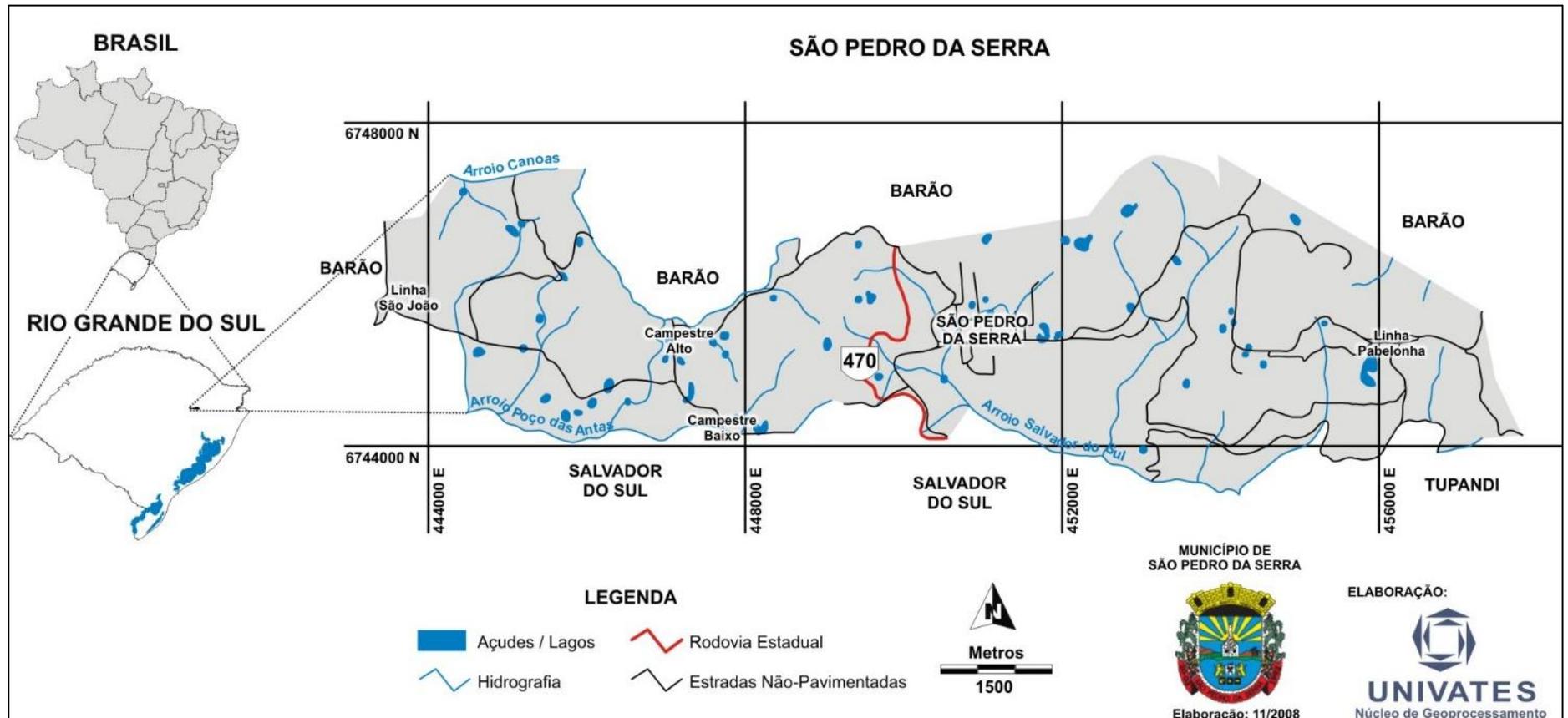
São Pedro da Serra é um município que pertence ao Estado do Rio Grande do Sul, sua área é de 35,5 km² (FIGURA 1) e sua população em 2010 era de 3.315 habitantes. Aproximadamente 57% da população são residentes no meio rural. Há

predominância de agricultores familiares, com propriedades de 7,5 hectares em média, sendo comum arrendamento de terras dos pais aposentados e irmãos que trabalham na indústria e que se deslocam diariamente para trabalhar em municípios vizinhos. Por outro lado, verifica-se a existência de área agricultável não utilizada, demonstrando que não há necessariamente carência de área para a agricultura.

A importância do espaço rural neste município se verifica quando se observa a contribuição da atividade primária para a arrecadação de impostos e, portanto, retorno orçamentário. Tomando 2010 como ano base, temos 71,4% da arrecadação proveniente das atividades da agricultura; 13,71% do comércio e 14,86% de serviços (Receita Estadual do Rio Grande do Sul, 2011)

Foi escolhido o período 2000-2010 por ser expressivo o aumento dos valores orçamentários que, em 2000 era de R\$ 2.780.195,46 e em 2010 chegou a R\$ 9.587.083,00. Conforme informações do Setor de ICMS do município de São Pedro da Serra, esse aumento na arrecadação se deve principalmente ao aumento das atividades integradas às agroindústrias. Neste período, sessenta e sete novos empreendimentos integrados às agroindústrias foram colocados em operação, sendo que antes havia aproximadamente dez empreendimentos com tecnologia ultrapassada em vias de paralisação por problemas ambientais e de sanidade. (Município de São Pedro da Serra, 2012).

Figura 1 - Mapa de localização do município de São Pedro da Serra.



Fonte: UNIVATES, 2008.

2. A AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS DISCUSSÕES

Sabe-se que na agricultura familiar o agricultor utiliza outras formas de geração e renda, tais como produção para o consumo próprio e produção negociada sem registro no talão de produtor³. A atividade agrícola ligada às agroindústrias gera rendimentos superiores à maioria das outras atividades, tornando-se alvo de incentivos por meio de políticas públicas, uma vez que a mesma auxilia no aumento da arrecadação orçamentária do município.

O agricultor familiar tradicional será compreendido neste trabalho como agricultor policultor, onde suas atividades e sua produção se complementam. A atividade agrícola não segue necessariamente uma lógica de maximização de lucros. É importante para eles o trabalho da família, o qual é planejado e elaborado em família. Há valores subjetivos no trabalho, desde o aprendizado das crianças, até a distribuição por sexo ou idade de forma a contemplar antes o bem estar da família.

O agricultor familiar integrado, por sua vez, também é proprietário da terra, mas trabalha para uma agroindústria integradora. A agroindústria determina as técnicas de manejo; traz as opções de tecnologias existentes (máquinas, sistemas automatizados); fornece o animal jovem; gerencia a alimentação e trato sanitário; fornece instrução e acompanhamento técnico; transporta e comercializa o animal pronto para abate. Resta para o agricultor o investimento na construção do galpão de acordo com as normas da agroindústria, a criação do animal e o manejo até que este adquira o peso para venda.

A atividade agroindustrial na fase inicial de criação dos animais provoca alterações no modo de organização das famílias, nas formas como se relacionam com a comunidade. Isso ocasiona uma reelaboração ou eliminação de algumas práticas antes utilizadas no trabalho, no lazer, nas relações pessoais, nas práticas de trabalho coletivo e nos ensinamentos passados pelas gerações. Atividades são deixadas de lado e fazem a cultura ser modificada ou perdida. As identidades que um dia agregavam de alguma forma as pessoas das comunidades se perderam se modificaram.

Brum (1988) enfatiza as mudanças sócio-culturais advindas da modernização do campo. O tempo passa a ser influenciado pelo andar das máquinas, o agricultor

³ Ocasionalmente a falta de dados, e por isso não são contabilizadas para cálculos de índice de retornos orçamentários do ICMS.

passa a tomar contato com novos elementos culturais urbanos, tanto materiais como os de costumes e valores. Além disso, o autor salienta que, no fundo das ações para a modernização conservadora da agricultura está a intenção de tornar o agricultor e a agricultura como um sistema subordinado econômica e politicamente em relação à indústria, estando dentro de um projeto maior de modernização da indústria brasileira.

Neste contexto se consolidou uma noção de desenvolvimento que ainda hoje é motivo de debate. Dos países industrializados veio a compreensão de que crescimento econômico seria sinônimo de desenvolvimento. Este seria absorvido pela sociedade e automaticamente haveria melhorias de condições de vida. (Ortega, 2008).

Esta visão de desenvolvimento tomou forma no Brasil impondo sua industrialização, padronizando sistemas de produção na agricultura, homogeneizando hábitos de consumo e tecnologias de produção sem considerar a preservação de características culturais, regionais e ambientais. Entre as novas ideias dominantes está a visão de necessidade de superação de um suposto atraso da agricultura familiar; a noção de especialização em contraposição à polivalência; e surgimento de um novo tipo de agricultor individualista. A esse respeito Menegetti afirma que:

A integração da agricultura à agroindústria possui um significado que vai além da questão quantitativa (comprar, produzir e vender mais). Ela traz consigo transformações estruturais profundas (de produção, comercialização e nas relações econômicas e sociais entre agentes dentro das cidades). (MENEGETTI, s/n, p.5)

Hoje o conceito de desenvolvimento possui abordagens no sentido de colocar os atores locais, ou de um determinado território, como agentes do desenvolvimento. Muitas vezes o próprio território se torna o ator do desenvolvimento ao mostrar suas potencialidades e especificidades. Os modelos atuais seguem esta tendência, porém, no âmbito espacial desta pesquisa as relações fortemente capitalistas começaram há pouco tempo (aproximadamente 10 anos de inserção da produção integrada), e ainda podem ser encontradas influências do modelo de desenvolvimento pautado na busca para aumentar os recursos econômicos além da crença de que isto por si só gera qualidade de vida e bem estar.

Em meio às transformações espaciais e territoriais, a identidade dos atores é um elemento importante a ser considerado. Saquet (2011) explica que a identidade

se refere à vida em sociedade, à um campo simbólico, e envolve reciprocidade, que seriam tratados na ciência geográfica como espacialidade e/ou territorialidade. As formas de vida inerentes a um certo grupo social, em determinado lugar podem sofrer mudanças, porém a conservação de elementos da forma de vida é fundamental para que a identidade se reproduza.

Para Wanderley (2001), nos estudos sobre os agricultores não se pode deixar de mencionar "(...) os valores e práticas sociais que reforçam o sentimento de pertencimento a um lugar e de identidade cultural" (WANDERLEY, 2001, p. 37). Como salientado por Kageyama (2008), o debate sobre desenvolvimento rural requer que se envolva a agricultura com sua contribuição para criação de uma atmosfera empresarial e suas identidades culturais que podem impulsionar os sistemas produtivos locais, bem como precisa considerar as outras atividades produtivas, além da agrícola.

As identidades podem passar por processos de reformulação e de perdas, mas Carneiro (1998) afirma que há uma nova vertente que pretende analisar o rural centrado nas relações sociais. Assim seriam observados os processos de integração dos espaços à economia global, os quais ao contrário da noção de diluição poderiam reforçar as identidades que se apoiam no sentimento de pertencimento a um local. O território é visto como uma âncora que seria portadora de uma lógica própria capaz de sustentar as identidades.

A problemática deste espaço em transformação inclui a análise sobre as possíveis transformações que as identidades locais estão sofrendo com a influência das atividades ligadas à agroindústria, as quais são a expressão máxima da modernização do meio rural no município de São Pedro da Serra.

Os elementos aqui expostos constituem uma parte da realidade atual neste espaço e dizem respeito não só à constituição do território e territorialidades como também aos conflitos que ocorrem devido às ressignificações dadas pelas novas ocupações que se fazem do espaço rural, bem como pelas novas formas de sentir a identidade rural pelos agricultores e demais habitantes. O rural, hoje, deve ser considerado um local de múltiplos usos e significados como explica Jean (2003):

Le renouveau rural et Le développement de l'agriculture intensive entraînent une multiplication des conflits d'usages entre différentes conceptions de La ruralité entre, d'une part, La représentation d'une campagne résidentielle, d'une campagne paysage et

d'autrepart, celle d'une campagne simple espace de plaisance, de récréation et enfin, celle d'une campagne productive, source de matières premières, avec les bruits, et parfois les odeurs, liée aux activités économiques.⁴(JEAN, 2003, p. 11)

O autor mostra que a reflexão sobre o espaço rural, suas características e identidades parece ganhar mais força nesta era em que o reconhecimento das diversas relações da sociedade com o espaço, e as construções identitárias passam a ser consideradas fatores positivos para a análise e criação de atividades alternativas aos agricultores familiares. Assim, há diferentes formas de olhar o espaço rural, e essa diversidade precisa ser discutida para que políticas públicas e novas estratégias sejam elaboradas com coerência.

Os conflitos, as lutas, as estratégias externas, as respostas autônomas, a permanência quando tudo incentiva ao abandono, os modos de viver que permanecem e se diluem ou se solidificam são alguns dos aspectos que serão analisados para contribuir com o conhecimento geográfico e, servir de subsídio a políticas públicas.

O conceito de agricultura familiar vem sendo motivo de debates teóricos com diversas abordagens. Alguns pretendem elaborar categorias bem definidas, contraposições entre as classes encontradas na agricultura. Outros já procuram elaborar categorias que abarquem as inter-relações entre os atores do espaço rural.

Schneider (2009) destaca os estudos de diversos autores como Wanderley (1994), Tavares dos Santos (1990), Porto e Siqueira (1994), Gnacarini e Moura (1983) usavam o conceito de camponês para designar os pequenos proprietários, arrendatários, os parceiros e outras categorias rurais, em geral expressando oposição ao latifúndio, estando carregado de ideologias políticas.

A denominação agricultura familiar vem sendo mais usada, especialmente no caso do Brasil, devido às suas características históricas diferentes da realidade europeia. Assim, de acordo com Fernandes (2007) há três categorias de agricultores que seriam o patronal capitalista, adepto ao agronegócio e que investe em monoculturas; o camponês policultor, com produção de subsistência e voltado ao

⁴Renovação rural e desenvolvimento da agricultura intensiva dinamiza a multiplicação de conflitos entre diferentes concepções de ruralidade entre, por um lado, a representação de uma paisagem rural residencial de campo e, por outro lado, a de um simples ofício do espaço, recreação, e, finalmente, a de uma fonte origem produtiva de matérias-primas com ruídos ali e, por vezes odores ali relacionados às atividades econômicas. (tradução livre)

mercado local e regional, e o camponês monopolizado pelo agronegócio, subordinado ao mercado de *commodities*.

De acordo com Schneider (2009) a incorporação da expressão agricultura familiar ganhou projeção após a primeira metade da década de 90. No campo político, as lutas do sindicato rural discutiam o papel e o espaço dos pequenos produtores rurais, em especial no sul do país. Formou-se uma nova categoria política, pequenos proprietários rurais assentados, arrendatários e agricultores integrados às agroindústrias. O autor explica que “através da noção de agricultura familiar, esses agricultores passaram a constituir uma nova identidade política e a orientar, de maneira distinta, as lutas sociais do movimento sindical rural [...]”(Schneider, 2009,p.35).Nos anos 90 há a efervescência de movimentos sociais que acontecem até os dias atuais, como o Grito da Terra. Estas manifestações auxiliam a afirmação da agricultura familiar, que também tem sua importância consagrada com a criação do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em 1996.

Uma das principais diferenças entre o empreendimento patronal e a agricultura familiar, é que este precisa ter lucro devido a sua forma de produção e mercados em que se insere, de outro lado, agricultura familiar pode sobreviver alguns períodos de ausência de lucros, produzindo para subsistência ou procurando atividades temporárias fora da propriedade, mas mantendo a posse da mesma como residência.

As discussões em torno dos atores rurais na atualidade se dão por meio de uma polarização entre esses dois grandes modelos de organização da agricultura que, apesar de serem apresentados como antagônicas vem se combinando no espaço geográfico (SCHNEIDER, 2009).A compreensão intelectual sobre agricultura familiar que será seguida neste trabalho, é de uma agricultura em que a maior parte do trabalho vem de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento e em que a gestão, propriedade e trabalho sejam familiares. (ABRAMOVAY,1997;CANDIOTTO, 2011)

Para CandiOTTO (2011) a agricultura familiar conjuga posse da propriedade da terra, trabalho e gestão familiar. Hoje, dificilmente se pode falar um agricultor que não tenha de alguma forma se inserido nesse modelo de produção, não fazendo sentido discutir um dualismo antagônico, ao menos não neste trabalho, em que as características da população de estudo faz parte do universo de agricultores

familiares parcialmente inseridos na lógica mercadológica de produção. Uma das formas existentes e que será parte importante neste trabalho, é o que o autor menciona como “combinação” das duas práticas: integração dos agricultores familiares com grandes agroindústrias, para criação de aves, suínos, leite, fumo, etc.

A importância da agricultura familiar na sociedade contemporânea nos leva até as discussões a respeito do desenvolvimento rural, pois demonstra com fatos empíricos suas vantagens devido à forma de organização da produção. Trabalho intensivo dos membros, a operação em menor escala para produção de alimentos mostra sua importância social na equidade social e maior igualdade na distribuição de renda entre essa população (KAGEYMA, 2011; CANDIOTTO, 2011).

São considerados também como pontos positivos da agricultura familiar a diversificação agrícola (em oposição as monoculturas e economias de escala associadas ao modelo de modernização agrícola) e a menor concentração fundiária. Assim, se substitui o enfoque produtivista da chamada “modernização da agricultura” que propugnava o desenvolvimento agrícola sob padrões no mais das vezes excludentes, e adota-se uma ótica que considera a agricultura de base familiar como a forma mais conveniente de ocupação social do espaço agrário (KAGEYAMA, 2011, p. 266).

A pluriatividade é um fenômeno que pode ser considerado a resposta dos agricultores familiares ao modelo produtivista da modernização agrícola de forma a garantir a reprodução da família, ao qual muitas vezes não podiam se enquadrar devido às características da pequena propriedade. Algumas das causas para o surgimento e importância da pluriatividade estão nos significados subjetivos acerca do valor do trabalho, da família, do vínculo com o lugar onde as pessoas vivem. Outros fatores que estimularam seu surgimento seriam a reorganização da agricultura como enfrentamento ao êxodo rural e ao desemprego urbano, além da configuração da agricultura moderna dominante (CARNEIRO, 1998).

Wanderley (2000) acrescenta que por meio dessa luta por adequação e sobrevivência aos novos modelos competitivos, o agricultor se torna polivalente diferenciando-se da categoria “agricultor empresarial”, com a concepção de modernização produtivista, muitas vezes discutida em políticas públicas. Este se torna extremamente especializado, sob o sistema fordista-taylorista de trabalho como simples produtor setorial. Já a categoria sócio-profissional que hoje toma espaço nas discussões, possui como característica a grande diversidade de

situações e de estratégias, exigindo habilidades no que se refere ao aumento de competitividade do setor agrícola e a necessidade de se tornar polivalente e pluriativo. Esse agricultor pluriativo passa a se inserir em atividades relacionadas a outras etapas da produção agrícola, como comercialização ou industrialização, e também a ampliar a renda com outras atividades não-agrícolas dentro ou fora do estabelecimento familiar.

Os estudos de Schneider(2004) a respeito da pluriatividade dão conta de que o conceito é a melhor forma de apreender o fenômeno da multiplicidade de formas de trabalho e renda das unidades agrícolas. Para o autor ela vem combinada com o processo de diversificação que ocorre dentro da propriedade, e também aponta a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural.

As pesquisas do autor envolveram o contexto dos municípios do Vale do Rio Caí, no qual se encontra São Pedro da Serra, entre outros, com história e estrutura semelhante. Neste espaço ocorreu a descentralização das indústrias calçadistas interiorizando a produção, aproveitando a mão-de-obra dos agricultores e seus filhos Estes se tornaram pluriativos e as pequenas propriedades familiares se rearticularam para os novos tempos, transformando-se em unidades agrícolas de tempo parcial.

Este processo fez com que as propriedades redefiniram suas atividades, o que alterou a maneira como cada família se organizava em relação ao trabalho e às atribuições familiares. Schneider (2004) avalia que:

A pluriatividade, neste sentido, parece ser ao mesmo tempo uma causa e uma consequência da agricultura de tempo parcial. A disponibilidade de empregos fora da propriedade (sobretudo nas fábricas de sapatos) permitiu ao colono reestruturar a divisão interna da propriedade [...] (p.116)

Isso demonstra que os agricultores possuem estratégias frente às transformações econômicas, desvalorização de suas atividades e mudanças da pós-modernidade. Essas estratégias se confundem, ora parecendo causas dos processos de pluriatividade, ora parecendo consequências das mudanças impostas pela sociedade. Neste sentido, é preciso uma análise crítica sobre as relações em transformação que estão se dando no território são-pedrense.

2.1 Identidades em construção no território

A etnia predominante em São Pedro da Serra é a alemã, embora existam também outras etnias em menor número, como italiana e luso-brasileira. Os colonos alemães trouxeram consigo hábitos e costumes que procuraram preservar na reconstrução de suas vidas no Brasil.

As primeiras providências tomadas eram as construções da capela, da escola e de um salão comunitário. A religiosidade se fazia presente nestas comunidades, representando o centro aglutinador, o local e o motivo pelo qual aconteciam as principais reuniões sociais tais como momentos de luto, casamentos, batizados, festa do padroeiro (Kerb). Rosendhal (2005) comenta a respeito da relação entre religião e territorialidade, a qual é definida como uma estratégia de controle sempre vinculada ao contexto na qual se insere. Ela compreende esta territorialidade como uma ação, estratégia de controle que cria territórios próprios da religião.

A territorialidade religiosa significa, portanto, o conjunto de práticas desenvolvidas por instituições ou grupos no sentido de controlar um dado território, onde o efeito do poder do sagrado reflete uma identidade de fé e um sentimento de propriedade mútuo. A territorialidade é fortalecida pelas experiências religiosas coletivas ou individuais que o grupo mantém no lugar sagrado e nos itinerários que constituem seu território (ROSENDHAL, 2005).

No início da colonização a autoridade mais presente nas vilas era a do padre ou pastor da igreja local. Além de todas as datas festivas e demais ritos que reuniam a comunidade, o padre também era consultado para resolver conflitos e aconselhar em momentos de importantes decisões. Grande parte do sentimento de identidade construído por esses imigrantes passou pelas práticas religiosas e pela atuação da igreja muito presente na vida dos colonos.

Chegando no Brasil, esses imigrantes passaram a ter contato com uma nova cultura, e em algumas ocasiões sob pressão do governo nacional que incentivava a criação de uma identidade nacional estranha às suas tradições. Castells (1999) discute a formação do Estado e a sua influência na criação de identidades nacionais. Em uma identidade criada por meio da determinação do Estado nem sempre as pessoas tendem a se identificar com símbolos externos para formar uma comunidade. Os símbolos impostos de fora nem sempre são bem vindos, ou não representam de fato um sentimento particular de um grupo.

Entre os fatores que Castells (1999, p. 64) considera fundamentais para que um grupo sinta-se diferenciado está a língua em comum.

A língua, principalmente uma língua plenamente desenvolvida, consiste um atributo fundamental de auto-reconhecimento do estabelecimento de uma fronteira nacional invisível em moldes menos arbitrários, que os da territorialidade, e menos exclusivos que os da etnia.

Isso se deve ao fato de que, sob uma perspectiva histórica, a língua influencia como um elo de ligação entre a esfera pública e a privada, entre o passado e o presente, independentemente do reconhecimento dessas comunidades por um Estado constituído.

Em São Pedro da Serra, a língua alemã ainda é muito usada, em todas as faixas etárias, em diversas situações da vida, desde a intimidade do lar até em atividades comerciais. Pessoas de meia-idade expressam seu orgulho em falar a língua de seus antepassados e rapidamente qualquer estranho é aceito nos grupos se demonstrar conhecer ou ao menos respeitar esse aspecto da cultura local. Os mais velhos tem um pouco de vergonha porque muitas vezes não sabem falar português corretamente, dificultando compreender algumas relações do mundo moderno.

O autor analisa também as expressões das culturas em um mundo dominado pelas mídias de massas, de pretensões globalizantes e hegemônicas, por isso afirma que a língua é expressão direta de uma cultura e “torna-se a trincheira da resistência cultural, o último bastião do autocontrole, o reduto do significado identificável.” (Castells, 1999, p. 65)

Porém não é possível considerar que os ambientes locais sejam capazes, por si mesmos, de induzir uma forma de cultura e a uma identidade distintiva, segundo Castells (1999) estas se formam porque as pessoas recusam a ideia de individualização organizando-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo podem gerar um sentimento de pertencimento, e possivelmente formar uma identidade cultural.

Baumann (2005) lembra que o Estado já teve papel de garantidor da solidez e durabilidade das identidades outrora baseadas no papel produtivo que cada pessoa exercia na divisão social do trabalho, época em que os sujeitos podiam exigir

prestações de contas caso ele deixasse de cumprir essa responsabilidade. As reflexões do autor falam dos tempos atuais onde:

Fazer da 'identidade' uma tarefa e o objetivo do trabalho de toda uma vida, em comparação com a atribuição a estados da era pré-moderna, foi um ato de libertação – libertação da inércia dos costumes tradicionais, das autoridades imutáveis, das rotinas pré-estabelecidas e das verdades inquestionáveis (BAUMANN, 2005, p.56, grifo do autor)

Se, por um lado, permitiu aos indivíduos procurarem em um leque infinito de escolhas pelo que eles poderiam construir e chamar de sua identidade, por outro lado fez procurar soluções privadas para problemas socialmente produzidos, sem esperar ajuda do Estado com seus poderes restritos.

Sen (2000) propõe algumas soluções para esses problemas contemporâneos, vindo ao encontro das reflexões de Baumann (2005) quando discute os problemas gerados pela intensa comunicação e inter-relação no mundo:

A ameaça às culturas nativas do mundo globalizante de hoje é, em grande medida inescapável. A solução que não está disponível é a de deter a globalização do comércio e das economias, pois é difícil resistir às forças do intercâmbio econômico e da divisão do trabalho em um mundo competitivo impulsionado pela grande revolução tecnológica que confere à tecnologia moderna uma vantagem economicamente competitiva. (SEN, 2000, p.275)

Em uma análise superficial parece não existir um problema, já que as trocas globais podem gerar ganhos, mas há também perdedores e por isso o autor propõe que se encontrem meios de tornar essa globalização menos destrutiva aos modos de vida tradicional, ocasionando uma transição gradual. Entre as providências sugeridas está a oferta de oportunidades de qualificação para as pessoas que ficariam excluídas do processo e possivelmente sem trabalho.

O autor ainda destaca dois desafios relacionados à geração de oportunidades igualitárias no âmbito cultural e econômico: o primeiro diz respeito ao acesso a educação e qualificação profissional básica; o segundo problema diz respeito às rápidas mudanças que podem provocar a perda de antigas tradições. Objetos considerados ultrapassados são facilmente substituídos e a maioria das pessoas não sente falta deles, porém com a cultura e tradições há um sentimento diferente. A extinção de antigos modos de vida pode causar profundo sentimento de perda e

angústia. Sen (2000, p. 277) argumenta que a sociedade deve ser ouvida para decidir que modos de vida pretende preservar ou substituir, ponderando os “custos dessa preservação relativamente ao valor que a sociedade atribui aos objetos e estilos de vida preservados”.

Hoje, no meio rural de São Pedro da Serra, após ser inserido nos sistemas de produção e comunicação globais, as identidades, costumes e tradições estão sendo desafiados. As pessoas participam de novos modelos de trabalho, de consumo e novos hábitos tomam parte de suas vidas. Novos desafios também se fazem presentes, pois alguns dos costumes aprendidos com os antepassados faziam parte de um saber fazer necessário à estabilidade da reprodução da família, como o auto-consumo e a vida em comunidade.

A sociedade atual vive um momento em que o poder sobre os indivíduos se baseia em atitudes evasivas e voláteis, “não localizável” (BAUMANN, 2005, p.58, grifo do autor) fazendo com que a ideia de uma identidade pré-estabelecida seja descartada e as pessoas que ainda se refugiarem em tradições estáveis muitas vezes vistas como retrógradas e incapazes de fazer parte das múltiplas possibilidades que o mundo globalizado dispõe.

As identidades trazidas pelos colonos e adaptadas para a nova realidade remetem ao entendimento de Souza e Pedon (2007) que procuram compreender o movimento que faz o território para constituir-se como *locus* de vivência, onde a identidade é o fator de aglutinação, de mobilização para a ação coletiva. Os símbolos trazidos pelos imigrantes ainda hoje são encontrados. A igreja, o rito cultural/religioso do kerb e as relações de vizinhança remetem à dimensão histórica no contexto da territorialização, que se aprofunda na prática cotidiana desses grupos diferenciando os “de dentro” daqueles que são “de fora”, definidos assim pelo que é vivido neste grupo.

Essas relações vêm sofrendo alterações com a chegada de novas formas de trabalho, baseadas no paradigma racionalista das grandes empresas integradoras. O trabalho é realizado individualmente pelo agricultor e planejado pela empresa, exige horários e cuidados específicos que não se articulam à dinâmica dos outros agricultores que ainda planejam suas atividades de acordo com o tempo da natureza. Nas propriedades integradas as relações interpessoais são mais individualistas com menor participação em eventos comunitários.

O processo de territorialização – desterritorialização – reterritorialização (T-D-R) lembrado por Saquet (2007), advém de forças econômicas, políticas e culturais que condicionam o território e a territorialidade, que geram as des-territorialidades e as novas territorialidades. O autor destaca que é preciso contextualizar os processos em tempo e lugar para ser possível analisar determinadas relações e processos. Como vimos na realidade de São Pedro da Serra, o espaço rural se desenhou a partir de características trazidas pelos imigrantes europeus, que tendo se desterritorializado tiveram que se reterritorializar no Brasil e para tanto reproduziram algumas práticas de sua cultura original ao mesmo em tempo que absorviam e se adaptavam às novas características. Hoje, os descendentes desses imigrantes continuam a construção de suas identidades, por vezes absorvendo processos (econômicos, políticos) externos que diluem algumas das características tradicionais, mas por outras vezes se readaptando e reafirmando suas práticas através de estratégias adaptadas aos novos contextos econômicos, culturais ou políticos.

Para Guy Di Méo(2006), a abordagem territorial encontra atualmente várias dificuldades para sua efetivação, para estabilização dos elementos que deve abranger. Se, resolvemos abarcar os antigos entendimentos de espaço territorializado pelo poder político, a análise pode se tornar pobre, uma vez que nas últimas décadas (pós 1950-60) tem ocorrido uma menor participação do Estado na configuração do espaço no interior dos países, bem como o surgimento de organizações supra-nacionais, além do poder empresarial que levou novas formas de agregar um determinado espaço e constituir-lo, ou desconstituir-lo enquanto território.

A territorialização passa a ser a prática adotada também pelos atores individuais, pois eles não são apenas indivíduos que trabalham a serviço de um governo ou organização empresarial, são também atores quando resolvem colocar suas próprias ideias na atitude a ser tomada e esta pode ser diferente do estabelecido pela empresa ou governo. Conforme Souza e Pedon (2007), a territorialidade expressa a luta pela manutenção da identidade, e, ao mesmo tempo, uma forma específica de ordenação territorial. Uma coisa está imbricada na outra, dando unidade aos contrários que dão o movimento ao processo da formação das identidades territoriais (2007, p. 135).

São Pedro da Serra faz parte de um espaço onde a agricultura se formou a partir da chegada dos colonos alemães e italianos que praticavam a policultura de

cereais e hortaliças e criação de gado para seu sustento e também para o mercado regional. Durante muito tempo, exceto pequenas modificações nas alternativas de produção, o território foi sendo construído com base no trabalho familiar em propriedades de pequeno porte.

As relações de trabalho na comunidade se davam uniformemente, pois todos dependiam das mesmas atividades, compartilhavam momentos de lazer em comum, realizavam comércio entre vizinhança, tendo os produtos como moeda de troca, bem como planejavam os espaços comunitários de forma democrática. Assim, a distribuição espacial da produção, a escolha do tipo de produção, os costumes culturais, o saber fazer advindo das práticas e necessidades, os espaços de lazer e o comércio seguiam a lógica das necessidades locais planejada pelos atores internos da comunidade.

A eficiência exigida na moderna agricultura fez com que os agricultores abandonassem parte do saber tradicional e o novo saber os faz se reprofissionalizarem. Por ser um processo “violento e rápido” o novo saber não tem tempo de ser reelaborado com adequação, levando a perda do controle inclusive do saber técnico herdado (GEHLEN, 2006). Neste sentido Gehlen (2006) afirma que “a identidade sociocultural e profissional do produtor familiar do Sul do Brasil, está em permanente dinâmica com as relações que estabelece com o econômico, com o sociocultural, com o ambiental”(2006,p.12).

Na geografia, o conceito de paisagem acompanha as linhas de pensamento dominante em seu desenvolvimento epistemológico, e por vezes foi relegada ou substituída por outros conceitos que se pensavam ser equivalentes. Há grandes diferenças na concepção deste conceito, desde a paisagem descritiva de Humboldt, onde o interesse era examinar os aspectos visíveis e invisíveis para decifrar a dinâmica da natureza até os dias atuais onde entram em análise os aspectos econômicos e culturais.

Para Verdum e Fontoura (2009) a forma é o aspecto visível de uma paisagem. Conforme esses autores, a paisagem não é estática e, dependendo dos fatores envolvidos, será progressivamente modificada. Por isso a importância de considerar a escala temporal e sua história para entendermos sua composição. Esses autores concebem a paisagem “(...) como o conjunto dos elementos da natureza que podem ser observados a partir de um ponto de referência (...) [onde] é

possível definir as formas resultantes da associação do ser humano com os demais elementos da natureza." (Fontoura; Verdum, 2009, p.10)

Complementando os aspectos acima citados, Schier (2003) refere-se a tarefa do geógrafo ao observar e interpretar:

De modo geral, o estudo da paisagem exige um enfoque, do qual se pretende fazer uma avaliação definindo o conjunto dos elementos envolvidos, a escala a ser considerada e a temporalidade na paisagem. Enfim, trata-se da apresentação do objeto em seu contexto geográfico e histórico, levando em conta a configuração social e os processos naturais e humanos. (SCHIER, 2003, p.)

As abordagens mais recentes incluem as ações e intenções do ser humano na construção dos elementos da paisagem. Ou seja, os aspectos culturais tem influência destacada, sendo marcas visíveis de discursos e modos de pensar específicos de uma comunidade ou grupo em um determinado momento histórico.

As marcas culturais que a paisagem evidencia podem denotar a existência de uma identidade típica, sendo por vezes a causa e outras vezes a consequência de seus elementos.

Ao utilizar o espaço, a sociedade transforma o ambiente natural, constituindo-o como seu território. As formas são construídas de acordo com a interação dialética cultura-economia, mas é por intermédio da cultura que uma paisagem mostra elementos únicos que a podem diferenciar e caracterizar. Em outras palavras, Guimarães (2002) afirma que:

Assim a paisagem é sempre uma herança manifesta em testemunhos de uma objetividade que vai emergindo da própria subjetividade, tendo em vista, que a realidade geográfica nos conduz às múltiplas dimensões do vivido, extrapolando os limites territoriais muito além das suas imbricadas interações relativas à matéria, a concretude dos espaços. (GUIMARÃES, 2002, p. 3)

Desta forma a paisagem é construída, destruída e recuperada, em uma dinâmica produzida pela expressão das identidades dos grupos. Seja com seus elementos naturais, seja com as construções culturais, as paisagens são heranças e nos mostram em um momento estático o conjunto das estruturas e os processos que resultaram nas formas visíveis. (VERDUM; FONTOURA, 2009)

O processo econômico que está alterando a dinâmica social e cultural do ambiente rural do município de São Pedro da Serra está ligado à agroindústria do

frango e do suíno. Além da alteração dos cultivos agrícolas, o processo de implantação de sistemas integrados de produção também está alterando a função das estruturas existentes. Observa-se que antigas construções estão sendo reformadas/adaptadas para atender a novas demandas, ao passo que, próximo à estas, estão sendo construídos novos galpões. As novas demandas muitas vezes não são necessariamente ligadas a atividade integrada às agroindústrias, mas tem a ver com o trabalho racionalizado que vem sendo utilizado em diversas situações. As agroindústrias exigem construções novas, com projetos específicos de acordo com os estudos que mostram a melhor utilização do espaço, dos recursos naturais, das características climáticas. São construções bem características, facilmente identificáveis na paisagem da região por serem muito maiores e padronizadas em relação às pertencentes às demais atividades.

A função desses ambientes também está mudando gradualmente. Os colonizadores alemães produziam cereais e hortigranjeiros além das outras atividades relacionadas a criação de pequenos rebanhos de suínos, gado ou criação de aves para consumo familiar, comercializando o excedente. Atualmente, porém, se observa entre os agricultores familiares uma tendência a especialização, que se reflete na conformação mais uniforme e ordenada racionalmente no território. Tais alterações se materializam na paisagem, onde observa-se rugosidades, ou seja, construções do século XIX, ao lado de galpões modernos.

No entender de Saquet (2010) o processo de desterritorialização é produzido por fatores endógenos e exógenos, articulando ambientes tecnológicos e econômicos. Assim, no contexto da globalização as empresas se utilizam de descontinuidades territoriais para gerir e controlar determinados sistemas produtivos.

Com isso o local/ambiente sofre perdas de territorialidades em função dessas ações das empresas, como se restasse um “vazio” de identidade e de especificidade territorial, já que as estratégias das empresas visam apenas recursos (fatores produtivos) e não lidam com necessidades e culturas locais. A contínua falta de políticas públicas de incentivo a diferentes atividades que não as subordinadas às agroindústrias; a desarticulação entre municípios, entre produtores e comércio; mostram que há perda do significado e da construção de território historicamente elaborado com base na pequena propriedade do agricultor familiar policultor e da reprodução social e cultural da família.

Contudo, Saquet (2010) argumenta que o território não desaparece na dinâmica do capitalismo transnacional, as identidades locais se renovam na virtualização dos territórios pelas redes de comunicação e interação. Os novos limites do território (sempre incertos) se modificam em função do grau de reorganização e do tipo de serviço, entre outros fatores. Essa reflexão mostra que pode haver movimentos no local de atuação das empresas no sentido de reorganização e reterritorialização (não somente desterritorialização, como mencionado antes). É o que tem se verificado no município pesquisado, quando se examina o aporte de recursos públicos realizados diretamente no setor agroindustrial considerado estratégico pelos agentes políticos.

O que pode ser questionado é a fragilidade das bases de sustentação dessas novas territorialidades, pois caso o elemento modificador saia de cena - a agroindústria - todo um território ficará à mercê de novas problemáticas relacionadas ao trabalho, produção, redes e socialidades que se ressignificarão. As novas estruturas criadas a partir das agroindústrias não se sustentam por não criarem vínculos sociais de reprodução equilibrada com o meio. Há os integrados e os que permanecem autônomos em sua produção, cada qual vivendo um processo diferente em um mesmo território, é preciso pensar como esta relação está se estabelecendo, tanto culturalmente como politicamente, pois a questão não se esgota na análise econômica (HENTZ, 2012)

A partir de 1960, em escala nacional, as políticas de desenvolvimento do meio rural privilegiavam a adoção do modelo agroexportador, a adoção do pacote tecnológico em busca da industrialização. Existia a ideia de superar o atraso em que vivia o Brasil. Essas ideias de progresso e desenvolvimento entendiam que o país deveria se aproximar dos padrões de produção dos países ligados ao capitalismo central, acabando por ignorar as questões sociais locais.

Desta forma, se privilegiava a grande produção monocultora para exportação, e entendendo a conjuntura rural da época como atraso, procurava-se modificar o meio rural. Isto ocorreu sob os interesses dos grandes fazendeiros e dos grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros (NEVES et al., 2010). O meio rural brasileiro precisava ser modernizado para gerar desenvolvimento.

Essa lógica parece estar influenciando as relações entre grupos locais, inclusive a relação que os produtores chamados modernos terão com os órgãos públicos municipais, visto que há grandes incentivos à atividade em função do seu

retorno em impostos. Este modo de produção será privilegiado em detrimento das formas de produzir praticamente autônomas e de comércio interno dos pequenos agricultores que continuam com produção de policulturas e independente.

SANTOS (1994) explica que, na expansão, as determinações da estrutura global são alcançadas de forma diferente dependendo das características dos locais. Quando uma área é escolhida e modificada para as formas técnico-científicas, exigindo maior mobilidade e agilidade para a circulação rápida dos produtos, esta área deve apresentar meios de transporte e comunicação condizentes.

Também os processos econômicos, institucionais, culturais ocorrem por decisões dos mais diversos níveis, assim como as funções que a área passa a exercer. A partir da organização técnico-científica do espaço as regiões que porventura procurassem valorizar os aspectos locais ou regionais, sofrem pelas determinações vindas de outros níveis de decisões. Assim, as formas locais passam a ser precarizadas, e mudanças rápidas e profundas se fazem necessárias para atender as necessidades do capital, desde a rede de transportes, à configuração espacial a partir de novas profissões ou mesmo de uma nova cultura, incluindo o contágio social, criador de novas formas de convivência. (SANTOS, 1997). Da mesma forma até mesmo a administração pública terá de se reorientar.

A cidadania é um aspecto salientado por Gehlen (2006), ele diz que é necessário compreender as possibilidades da participação local em atividades multifacetadas: cultural, econômica, política, religiosa, social. Resulta também de um “engajamento dos cidadãos com identidades (étnicas, por exemplo) que buscam construir ou regatar suas matrizes originais, seu bom viver, seu equilíbrio, suas estabilidade através do convívio criativo, multifacetário, entre diferentes, mas iguais.” (GEHLEN, 2006, p. 271).

No meio rural de São Pedro da Serra podem ser incentivadas oportunidades de inserção em diferentes atividades. Verificadas as vantagens e desvantagens do modo de produção integrado, e considerando a existência ou mesmo o estímulo para o desenvolvimento de diferentes atividades, teriam lugar os aspectos como participação nas decisões do poder público, e a continuidade de condições para as expressões culturais e comunitárias.

O desenvolvimento como conceito esteve presente em diversos momentos da análise de situações por pesquisadores, bem como sempre teve lugar de destaque na criação de políticas públicas e discursos em diferentes épocas. Os termos,

significados e concepções variam ao longo da história, iniciando pelo conceito de “progresso”, ao qual está associada à ideia de evolução, ambas disseminadas no século XIX, pelo positivismo. O progresso era representado pelas forças produtivas, padrão de consumo e estilo de vida dos países centrais do capitalismo. A industrialização e a urbanização desses países seriam símbolos do progresso. (ORTEGA, 2008).

A ocorrência de grandes crises devido ao modelo de capitalismo adotado no início do século XX, por volta dos anos 30, levou à substituição do termo pelo “crescimento econômico”, liderado pelas ações do Estado, acreditava-se que este seria o responsável por distribuir as riquezas. Criaram-se políticas sociais, elevação do padrão de consumo, com as ideias de John M. Keynes balizando as ações do Estado.

Após os resultados da Segunda Guerra Mundial novas concepções surgem para direcionar as políticas das nações, com a criação da ONU e seus órgãos de apoio, e até mesmo sob a influência das ações protagonizadas por EUA e URSS (polos do capitalismo e socialismo, respectivamente) na Guerra Fria, colaboraram para a inclusão de um debate sobre o crescimento econômico e a distribuição das riquezas como forma de reduzir a desigualdade (ORTEGA, 2008; NAVARRO, 2001). A introdução do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) trouxe outros indicativos além do PIB, ou o PIB *per capita*, mostrando que, apesar de certos países terem apresentado expressivo crescimento econômico, a riqueza foi concentrada nas mãos de minorias. Considerando fatores como educação, saúde, longevidade, buscou-se mostrar que é preciso mostrar formas de melhoria desses aspectos, passando do conceito de “crescimento” ao de “desenvolvimento”.

Muitos gestores públicos ainda partem de uma visão conservadora de desenvolvimento ao elaborarem suas estratégias. No caso de São Pedro da Serra, encontram-se essas palavras nos textos das leis de incentivo ao setor primário voltado para a agroindústria integradora. O chamado progresso e desenvolvimento é medido em cifras e números estatísticos de crescimento do PIB, sendo que outras atividades menos rentáveis, mas também importantes para o meio rural não consideradas importantes e sequer mencionadas.

Navarro (2001) destaca que a *possibilidade do desenvolvimento* (grifo do autor) alimentou esperanças e estimulou ações em diversos países, como, por exemplo, no campo do desenvolvimento rural, uma vez que muitos países

atualmente avançados ainda possuíam grande parte da população no meio rural. E é nesta época também a mudança na compreensão da agricultura que se tornaria hegemônica nos países que a ela aderiram. A conhecida “revolução verde” trouxe novas formas de racionalidade produtiva, mercantilizando até mesmo a vida social, subordinou-se a novos interesses, classes, formas de vida e de consumo de características urbanas.

Desta forma, sob o ímpeto modernizante, baseado principalmente na absorção de novas tecnologias, acreditava-se que a transformação social e econômica, com melhoria do bem-estar das populações rurais mais pobres seria um processo natural após a mudança produtiva da agricultura.

A tentativa de importar o modelo utilizado nos países de capitalismo avançado para países com outros contextos culturais e históricos mostrou-se ineficiente, e em diversos casos agravou conflitos e aumentou desigualdades. Acerca dessa situação, Celso Furtado, apud Ortega (2008) afirma:

Como negar que essa ideia [crescimento] tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar as formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo. (FURTADO *apud* ORTEGA, 2008)

Os estudos de Kageyama (2008) trazem a noção de Van der Ploeg et al (2000), o qual ressalta que este paradigma da modernização da agricultura, como citado acima, inserido nas políticas, teorias e práticas para levar ao desenvolvimento esta sendo substituído, em especial na Europa pelo paradigma do desenvolvimento rural. Este propõe um novo modelo para o setor agrícola, “com novos objetivos, como a produção de bens públicos (paisagem, sinergias com os ecossistemas locais, maior valorização das economias de escopo em relação às economias de escala, e a pluriatividade das famílias rurais” (KAGEYAMA, 2008, p.59) Os autores enfatizam também 5 níveis para análise do desenvolvimento rural:

- 1) No nível Global, relações entre agricultura e sociedade, com as novas demandas que surgem para o rural, como bens públicos (paisagem, valores naturais) e com a flexibilização dos modelos de organização substituindo as economias de escala e a integração vertical das firmas

2) Novo modelo para o setor agrícola, com atenção às sinergias entre ecossistemas locais e regionais e a diversificação das atividades;

3) Firma individual, novas formas de alocação do trabalho familiar, especialmente a pluriatividade;

4) Território e seus diversos atores, diferentes formas de cooperação e de contradições surgem entre os atores agrícolas e não-agrícolas nas novas arenas de atividades e oportunidades nos territórios rurais;

5) Políticas e instituições com papel decisivo nas políticas de desenvolvimento rural, como observado na Europa. (KAGEYAMA, 2008, p.59).

Os aspectos muitas vezes vistos como um obstáculo ou mesmo sem importância pelo paradigma da modernização, irão assumir novos papéis e novas relações sociais com empresas e com o urbano. Por um lado há a valorização dos recursos naturais e sociais - terra, trabalho, ecossistemas, animais, artesanatos, mercados e relações com o urbano - e, por outro lado a atividade agrícola ainda se mostra como a raiz do desenvolvimento rural, em bases reformuladas de acordo com as novas noções de desenvolvimento que se discutem na contemporaneidade.

A finalidade principal do desenvolvimento local seria trabalhar com a esfera de relações próximas aos atores de pequenos territórios, potencializando suas atividades a partir de seus recursos, saberes tradicionais, mercados de produtos específicos da sua cultura, ou seja, valorizando e partindo de suas identidades para chegar às melhorias de bem-estar da população. (NAVARRO, 2001)

O enfoque do desenvolvimento local parte do conceito de território, neste caso utilizado como abordagem analítica, por ser ele o meio em que os atores vivem e se reproduzem, criando características específicas, vinculadas às relações de trabalho. A partir da identificação de capacidades e recursos existentes ao nível territorial, aproveitando-os em conjunto com os recursos humanos, mobilizando atitudes e valores, pode ser criada uma trajetória de desenvolvimento (ORTEGA, 2008, p. 74; WANDERLEY, 2001, p. 33-4).

Nosso ponto de análise, no meio rural, parte da influência dos complexos agroindustriais na conformação e mesmo reestruturação do território. Santos (1996) cita a importância da divisão internacional do trabalho, no sentido de que este redefine a cada momento a capacidade de ação das pessoas, instituições e empresas. Neste processo a influência primordial dos conjuntos técnicos pautados na técnica informacional é que comanda o desenvolvimento.

Ainda a respeito do uso do território, o autor cita os aspectos materiais como adequação de infraestrutura e também aspectos menos tangíveis e que precisam de maior reflexão como os movimentos migratórios, a distribuição espacial da agricultura e indústria, as normas e leis. Citando a influência das empresas de capital estrangeiro e da abertura brasileira ao comércio mundial, Santos (1994) assegura que o mercado externo e as ações voltadas para seu implemento acabam por orientar parte dos recursos para a criação de infraestruturas, serviços e formas de organização do trabalho voltados para o comércio exterior.

Para Fernandes (2006) duas mudanças significativas ocorreram na sociedade com o avanço das políticas neoliberais: a minimização do Estado e a maximização do capital na tomada de decisões a respeito das políticas de desenvolvimento e, por conseguinte dos territórios.

A divisão internacional do trabalho foi importante fator de expansão dos moldes ocidentais de produção e mesmo de modo de vida, bem como os aspectos da economia liberal, sem regulamentação e sem interferência do Estado que possibilitaram a “globalização produtiva e tecnológica e de desregulamentação financeira de um capitalismo definitivamente universalizado” (FIORI, 1994, p.299).

No Brasil, o investimento público em infraestruturas nos setores industriais e de serviços foi financiado largamente pelas exportações das commodities, reflexo do modelo adotado nos países de industrialização periférica e dependente dos países desenvolvidos (FILIPPI, 2009), justificando os incentivos e políticas públicas voltadas para este setor produtivo e relegando a segundo plano a agricultura familiar.

Seguindo esta lógica o Estado minimizado assiste, muitas vezes de forma passiva, a criação de leis e políticas que beneficiam muito mais os interesses das empresas capitalistas nacionais/transnacionais do que os interesses da sociedade. Especialmente no campo, as tomadas de decisões para o desenvolvimento têm sido determinadas pelos interesses das empresas nacionais/transnacionais. (FERNANDES, 2006)

Vale observar a maneira pela qual o capitalismo se utiliza de crises ao longo da história. Infiltra-se em diferentes países, dominando amplos setores e toda sua cadeia produtiva, numa organização internacional tendo como resultado além da mudança nas formas de gestão, métodos de produção e relações entre capital e trabalho, a crença na incapacidade reguladora do Estado e por fim as comunidades

regionais ou locais submetidas a regras e conjunturas alheias ao seu poder de proteção.

Também é visível que o capital assim alocado não visa trazer benefícios ao local em que é investido, mas somente utilizar os recursos favoráveis (sejam de matéria-prima ou mesmo mão-de-obra barata). Portanto as transformações em um território podem vir para desestruturar cadeias existentes, ou, no caso de bom planejamento endógeno, poderiam proporcionar um novo tipo de desenvolvimento. Santos(1997) explica essa relação:

Na medida em que tudo isso está subordinado a um jogo de relações onde as variáveis são, sobretudo, oriundas de centros de decisão cujos objetivos não são coincidentes e que estão situados em pontos diversos do país, e mesmo de fora, a sociedade local se torna sujeita a tensões muito mais numerosas e frequentes. (SANTOS, 1997, p.48)

Com compreensão semelhante, Becker (1991) afirma que o regime de acumulação neoliberal pauta-se essencialmente na internacionalização da economia-mundo associada a nova forma de produção introduzida pela revolução tecnológica e pelo conhecimento científico e da informação. Ela também cita a nova geopolítica do mundo globalizado, no qual as corporações transnacionais relacionam-se diretamente e selecionam lugares e regiões, retirando do Estado o controle sobre o processo produtivo e fragmentando o Território Nacional.

A autora coloca, porém que o estado não perde totalmente seu papel de criador de políticas capazes de influenciar este processo. Apesar do poderio tecnológico, informacional e dos livres mercados, a acumulação não é um processo pré-determinado, mas sim um processo social e político. Como tal, as políticas determinadas pelos estados irão influenciar na velocidade e intensidade com que cada território se insere, barganha ou aproveita as oportunidades. A questão da estreita ligação entre nação e território através do estado tem sua estrutura abalada pela divergência entre o espaço de fluxos, da organização econômica, e o espaço dos lugares, da identidade cultural.

O Estado moderno visto como o controlador sobre o território e seus bens, organiza-se em um aparato administrativo que proporciona ao poder político se organizar nas suas escalas de ação, constituindo uma complexa rede de interações de interesses políticos que se materializa no território. Assim Castro (2005) define o papel do estado contemporâneo, destacando inclusive sua base territorial, uma vez

que demandas, propostas e reivindicações muitas vezes são elaboradas tendo como pano de fundo motivações que os próprios atores identificam como específica daquele território. Ela cita claramente que a análise política não se esgota na análise dos grupos de interesse e suas lutas, é preciso considerar seus territórios. “Estes, como base material, quadro de vida e arena de disputas para alocações de recursos, constituem uma instância inescapável da política.” (CASTRO, 2005, p.129).

2.2 Integrados e agroindústria

Na definição de Müller (1989) o complexo agroindustrial pode ser compreendido como um “conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários(...)” (p. 45), incluindo também atividades como a geração desses produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais, coleta, armazenagem transporte, distribuição dos produtos industriais e agrícolas, financiamento, pesquisa, tecnologia e assistência técnica.

Na opinião do autor (1989), os processos de modernização da agricultura brasileira estão diretamente relacionados à expansão do Complexo Agroindustrial, e que, mesmo ao estudarmos segmentos atrasados, pobres, estes estarão marginalizados em relação ao processo de incorporação aos modelos agroindustriais e suas conexões.

Conforme Müller (1989) e Mior (2006) o termo *agribusiness* recebeu, no Brasil, o nome de complexo agroindustrial. Mior (2006) complementa que, mais recentemente, passou a envolver o termo agronegócio. Seu uso tem um sentido amplo, englobando todas as relações à montante e, à jusante, como também um sentido mais restrito de “cadeia produtiva”. A cadeia agroindustrial está associada à participação crescente de atividades não estritamente agrícolas ao logo do processo de produção, processamento/industrialização, distribuição e consumo de alimentos. O autor ainda comenta que o termo cadeia produtiva passou a ser utilizado com o sentido de mostrar que as atividades agrícolas estão cada vez mais integradas com outros segmentos econômicos industriais e que a agricultura em si perde autonomia produtiva de forma econômica e política.

Para Fernandes (2006), no caso brasileiro o capital recebeu o nome de agronegócio, procurando “se apropriar das terras e subalternizar o campesinato através da terceirização da produção (que muitos chamam de integração), ou expropriá-lo através da verticalização da produção, controlando todos os sistemas que o compõem”.

Esse trabalho irá focar as agroindústrias ligadas ao Complexo Agroindustrial, as quais concentram seus esforços na busca por mercados globais, e, neste processo a redução de custos e busca por aumento da produção provoca o investimento em tecnologias, processos de produção que garantam a possibilidade de disputar os mercados mundiais.

As agroindústrias que atuam em São Pedro da Serra, na avicultura e suinocultura fazem parte da realidade descrita. Controlam todas as etapas da produção e concentram seu mercado consumidor na escala global. No município encontra-se somente a fase de criação do animal para abate, sendo que a produção dos insumos e o processamento industrial situam-se em cidades próximas na região. Já os centros de decisão, os gerenciadores encontram-se cada vez mais distantes. Inicialmente havia predominância de agroindústrias surgidas na região, porém, a negociação cada vez mais frequente dos grandes grupos vem provocando a incorporação de etapas produtivas por grupos com sedes situadas em diferentes locais do território nacional.

Os objetivos da produção passam a ser ditados em âmbitos exógenos ao local, as determinações seguem a lógica do capital industrial e financeiro, os produtos passam a ter preços regulados nas bolsas de valores, e dependem dos mercados consumidores internacionais e afastam o agricultor dos centros de decisão.

Canditotto (2011) e Schneider (2009) tratam a respeito da agroindústria, baseando-se em Porto e Siqueira (1994), comentam que, já na década de 1980 a noção de integração incorporou-se ao conceito de pequeno produtor, designando aquele que se vinculou às agroindústrias e mercados consumidores, bem como nomeando exclusão às parcelas de agricultores que permaneceram fora do processo de modernização conservadora. Do ponto de vista teórico, Schneider destaca que essas categorias lembram a matriz teórica marxista clássica, que explicava esses processos a partir da ideia de que o capitalismo expandia-se para o campo de modo indireto, subordinando os pequenos produtores à sua lógica

econômica e provocando um imenso processo de diferenciação social. Candiotto (2011) complementa explicando que a agricultura recebeu fortes incentivos para integrar-se a agroindústria, fato tido como benéfico e modernizador do rural, sem refletir, no entanto, que este processo provocou a subordinação da agricultura à indústria, bem como do agricultor ao capital.

Outra crítica ao modelo propagado pelas grandes corporações agroalimentares, trazida por Maluf (2011), diz respeito às exigências de produção em grande escala, selecionando agricultores que possam produzir quantidade mínima e qualidade na avicultura, suinocultura e na pecuária leiteira, resulta na exclusão de um grande número de fornecedores, comprometendo a sobrevivência da agricultura familiar. Por outro lado, a partir da valorização de produtos diferenciados, com atributos específicos e não estandardizados poderia ser uma oportunidade de mercado acessível aos agricultores.

O espaço rural do município estudado vem participando desta lógica e interligando-se cada vez mais aos mercados mundiais por meio da produção voltada à agroindústria dos grandes complexos. Se, por um lado provoca oportunidades de trabalho a diversas famílias, por outro, aumenta muito sua dependência a regras totalmente fora de controle de negociação. Os agricultores familiares estarão sempre sujeitos a preços, contratos, práticas laborais determinadas por empresas que disputam mercados de escala global.

Outro aspecto fundamental a ser evidenciado é a alta especialização do agricultor familiar, exigida pelas agroindústrias integradoras. As normas técnicas, sanitárias, contratos de fidelidade e qualidade, infraestruturas demasiadamente específicas acabam tornando o agricultor e sua propriedade especializados nesta atividade. O conhecimento e a estrutura não serão mais úteis caso ocorram mudanças no mercado e a agroindústria deixe de explorar esta atividade.

Seguindo com as contribuições críticas ao modo como o grande capital vem tomando os territórios rurais, devemos perceber as motivações que se encontram na raiz do significado da produção agrícola para as diferentes classes de produtores. Fernandes (2006) destaca que o agronegócio (abarcando dele o complexo agroindustrial) organiza seu território para produção de mercadorias, por outro lado o camponês organiza seu território, em primeiro lugar para sua existência, levando em conta todas as dimensões da vida. Retornamos novamente à problemática da alta especialização do produtor na atividade integrada, uma vez que ele investe seu

patrimônio e força de trabalho da família em uma atividade que não tem por fim seu bem estar, e que, a qualquer momento pode deixá-lo sem esta fonte de renda, colocando em risco sua atividade e reprodução social.

3. CONHECER O TERRITÓRIO E SUAS RELAÇÕES

Para este trabalho optou-se por uma pesquisa qualitativa, considerando que os dados a serem obtidos para o estudo e análise do problema proposto envolvem ideias socialmente construídas, seja por um grupo ou individualmente. Como pretende-se identificar elementos relacionados à construção de identidades, e o fenômeno observado como provável potencializador de mudanças está ligado ao âmbito das experiências dos indivíduos, é requerido um método em que as subjetividades sejam respeitadas.

Conforme Creswell (2008) o pesquisador qualitativo deverá usar um raciocínio complexo, simultâneo as diversas informações que lhe serão apresentadas. Ele afirma também que apesar de o raciocínio ser, na maioria das vezes, indutivo, tanto os processos indutivos, como os dedutivos estarão funcionando.

A pesquisa qualitativa não pode ser rigidamente configurada uma vez que elementos novos podem surgir ao longo da pesquisa alterando algumas percepções, alterando questões e mesmo a revisão de alguns pontos que se julgavam necessários e passam a ser excluídos ou havendo novos incluídos. Também importante frisar que esta pesquisa acontece em um cenário natural, no local onde o participante executa ou vivencia as situações que podem ter relação com os dados que se pretende encontrar, desta forma aumenta-se a confiabilidade dos relatos e a possibilidade de uma interpretação realista por parte do pesquisador (CRESWELL, 186-7, 2007).

A metodologia articuladora dos procedimentos para coleta dos dados foi um estudo de caso, onde os dados foram buscados partindo-se do local e com as pessoas estritamente envolvidas no processo em questão. Para obter informações sobre este processo foi importante a realização de visitas exploratórias para prévio conhecimento do contexto da propriedade e família onde foram identificados fatores econômicos e culturais. Foram escolhidas cinco famílias para esta fase exploratória, onde procurou-se identificar o perfil das famílias no sentido de elaborar melhor as perguntas do roteiro a ser usado nas entrevistas finais. As pesquisas foram realizadas com roteiro básico, mas sempre com perguntas abertas a respeito de suas concepções do trabalho e cultura (Apêndice A).

A observação direta tem a vantagem de proporcionar que o pesquisador possa ir relatando os fatos de acordo como eles ocorrem, muitas vezes sem

planejamento e previsão, mas o pesquisador também pode ser visto como um intruso e inibir ações naturais do grupo ou família de agricultores pesquisados.

Nessa pesquisa não interessou a representatividade numérica. Procurou-se encontrar a maior fidelidade possível dos relatos e informações. Por isso foi importante considerar aspectos como facilidade de comunicação, existência de características locais que pudessem influenciar na opinião de um entrevistado. (RICHARDSON& WAINWRIGHT, 1999, P.7)

Richardson e Wainwright (1999), destacam alguns aspectos da chamada pesquisa social crítica, na qual um dos preceitos é provocar o mínimo de interferência do pesquisador na opinião do entrevistado. A entrevista deve ter o máximo de pontos abertos, possuindo apenas alguns pontos básicos a serem discutidos, evitando opiniões preconcebidas porque isso implicaria na imposição de um ponto de vista externo, ou seja, do entrevistador.

Os autores também destacam que a aplicação de critérios quantitativos de validade a dados qualitativos não é adequada. O propósito da entrevista é encontrar pontos de vista ou opiniões que somente são reveladas em pesquisas qualitativas, que dão abertura a expressão do entrevistado sem pré-conceber as perguntas. Por isso a qualidade das informações é mais importante que o número de entrevistados que apresenta a mesma reflexão.

Além das entrevistas, são utilizadas para ilustrar os relatos, imagens das propriedades, plantações, criações de animais, entre outras atividades dos agricultores.

A pesquisa em documentos e estatísticas foi realizada junto às secretarias do Município de São Pedro da Serra. A secretaria da Fazenda forneceu dados, leis, decretos a respeito de auxílios, subsídios, empréstimos, entre outras ações promotoras das políticas públicas para a agricultura do município. A secretaria da Agricultura informou dados específicos da produção, a respeito dos empreendimentos e também sobre o processo de implantação de auxílios e demais políticas públicas de incentivo ao setor primário. foram consultados também a Emater e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A entrevista teve papel fundamental por levantar os olhares que os agricultores têm sobre suas atividades e sobre a vida social. Em meio ao discurso surgiram informações históricas que não estão documentadas, diferente das

conversas informais que versaram livremente sobre assuntos diversos. (CRESWELL, 2008)

As entrevistas seguiram uma metodologia qualitativa de investigação.

Inicialmente, de uma lista de todos os produtores integrados do município foram escolhidos apenas os que poderiam ser considerados agricultores familiares, quase a totalidade da agricultura do município. Para isso foi essencial a ajuda do técnico da Emater que conhece todos os produtores.

Os agricultores integrados foram organizados em três grupos distintos: os agricultores que estão na atividade, os que já estiveram e os que querem aderir ao sistema integrado. Em seguida, foram pesquisados junto à Secretaria da Agricultura quais os agricultores que deixaram a atividade e os que estão demonstrando interesse em iniciar atividades. Esses grupos foram determinados para que se tivesse confronto de opiniões e pudesse ser ampliada a base de reflexão sobre a questão da identidade em função do tipo de atividade. Expectativas dos pretendentes à atividade e frustrações dos que a abandonaram poderiam ampliar o debate, trazendo informações diferentes ou mesmo confirmando certos pontos que pretendia se averiguar.

A partir dessas informações elaboramos a Tabela 1, que mostra os entrevistados em cada grupo de agricultores familiares.

Tabela 1 - Grupos de agricultores entrevistados, por grupo, 2013..

Grupo	Quant.	Tipo
1	10	Agricultores em atividade
2	2	Agricultores interessados
3	3	Agricultores desistentes

Fonte: Elaboração da autora, 2013

Os agricultores integrados em atividade foram escolhidos subjetivamente, sem critério específico. Do grupo de interessados foram entrevistados dois agricultores indicados pela secretaria da agricultura ou estavam em maior adiantamento de negociações. Os 3 agricultores desistentes representam a totalidade informada pela municipalidade.

Chamamos de “agricultores” como forma simplificada, porém foi entrevistado o conjunto familiar que trabalha na propriedade. Em um total de 15 entrevistas que

correspondem a aproximadamente 25% dos agricultores familiares integrados no município. Foi utilizado um questionários base para as entrevistas, com a intenção de manter o foco em alguns assuntos. As entrevistas foram realizadas nas residências dos agricultores. A decisão do horário e data foi combinada respeitando-se a necessidade da família executar seus trabalhos de acordo com a fase da produção ou de acordo com o tempo.

A revisão de literatura subsidia os estudos de forma a indicar os caminhos principais a serem tomados e as abordagens que trarão coerência ao processo de procura e interpretação dos dados. Porém, acredita-se que deve haver uma revisão de literatura concomitante a todo processo da pesquisa, pois as observações e relatos dos entrevistados poderão trazer a tona novos elementos importantes e que não haviam sido previamente apresentados. (RICHARDSON &WAINWRIGHT, 1999)

4. FORMAÇÃO, CULTURA E SISTEMAS INTEGRADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA SERRA

A história de São Pedro da Serra inicia-se em 1859, quando a família de sobrenome Kappes, de origem alemã, vinda de Petrópolis, Rio de Janeiro, estabeleceu-se na região. Por se sentirem muito isolados mudaram-se em 1862 para o vale do Taquari, região que já contava com mais crescimento e oportunidades, restando como legado do nome Kappesberg (morro dos Kappes) pelo qual ainda é conhecido o município, e do qual deriva o nome Kappesbergfest, festa bianual realizada no município.

O povoamento propriamente dito, reiniciou em 1878, quando diversas famílias de colonos provenientes de colônias próximas, mais adiantadas em estrutura, adquiriram terras loteadas nessa região com a intenção de estabelecer um novo povoado, então pertencente a Montenegro. O primeiro a chegar foi Pedro Lisenfeld, inspirando a escolha do padroeiro São Pedro e do vilarejo chamado Linha São Pedro. Desde as origens do município a religiosidade esteve muito presente, a capela foi erguida em 1890, representando o centro da comunidade, acontecimentos sociais e culturais eram programados em torno de datas santificadas. Hoje o município conta com templos de duas religiões cristãs, Evangélica de Confissão Luterana e Católica Apostólica Romana, as quais convivem em harmonia e integração. Cada comunidade do município possui seu templo e seu salão para eventos, os quais eram construídos exclusivamente com recursos dos próprios colonos.

Em 1910 foi inaugurada a estrada de ferro que ligava Montenegro a Caxias, e passava pela comunidade. Essa estrada possibilitou a ligação direta e rápida com mercados consumidores e atraiu empreendedores para as vilas que possuíam estações, impulsionando o crescimento econômico da região.

Em 1963, o município de Salvador do Sul emancipou-se de Montenegro, incluindo a área do atual município de São Pedro da Serra. Se emancipa em 20 de março de 1992, após plebiscito. "(METZEN; SCHMITZ, 2000). São notáveis as passagens exaltando as características do povo são-pedrense, afirmando que "Povo que trabalha produz bem-estar, produz riqueza, produz progresso. O povo de São Pedro da Serra é trabalhador, ordeiro e progressista."(METZEN; SCHMITZ, 2000, p. 17)

Para entender a possível perda de identidade deste povo, é preciso elucidar, primeiramente, as raízes culturais do povo são-pedrense.

4.1 A imigração alemã e a formação identitária

A emigração de povos da Europa no século XIX constitui o primeiro evento para conhecermos a formação social da região em que se insere o município de São Pedro da Serra. Diversos foram os motivos para que o governo brasileiro incentivasse a vinda dessas pessoas. O sul do Brasil ainda era muito despovoado na época da independência, ocupando esses territórios garantia-se o domínio do Estado e produzia-se riqueza. Na Europa a situação econômica e social favorecia a desesperança. Três fatores contribuíam para esse cenário. O primeiro foi a Revolução Industrial, onde a máquina substituiu a mão-de-obra artesanal ocasionando desemprego. O segundo foram as inovações sanitárias que proporcionaram a redução do número de mortes por doenças, ocasionando em explosão populacional. O terceiro, e não menos importante, foi o descontentamento decorrente de serviço militar obrigatório ao longo de diversas guerras do início do século XIX⁵, quando eram chamados jovens que, quando não morriam, retornavam mutilados. Esses três fatores levaram a situações de fome e miséria em considerável parte da população.

A imigração alemã se deu em diferentes fases, dependendo das circunstâncias políticas, a partir de 1824. Esteve estreitamente ligada ao processo de colonização baseado na pequena propriedade. A autora Giralda Seyferth realizou extensos estudos a respeito da etnicidade e identidade teuto-brasileira, para compreendermos melhor a realidade cultural e social do município de São Pedro da Serra.

A identidade étnica teuto-brasileira surgiu em meio ao processo histórico de colonização, tornou-se expressão da consciência coletiva a partir desse processo e também ajudou a preservá-la. A reflexão que apresentamos é baseada em estudos de Seyferth (1994) e Metz & Schmitz (2000) enfatizam o isolamento em que viviam as primeiras famílias o que ajudou na formação de algumas características sociais da população do município. Em meio à mata, muitas vezes não havia estrada,

⁵ Invasões napoleônicas, conflitos pela unificação dos reinos, entre outros.

comércio ou igreja, tanto menos escola ou hospital. Tudo foi pouco a pouco construído pelas mãos dos próprios colonos, primeiramente igrejas e escolas, com função importantíssima de garantir que as pessoas mantivessem seus costumes e educação. Mais do que um local de culto espiritual as igrejas eram o centro de onde emanavam os discursos de valores considerados fundamentais na cultura alemã, assim se preservaria e refletiria uma vida semelhante à da Alemanha. Na construção da nova sociedade, os imigrantes alemães procuraram reproduzir as instituições que preservassem sua cultura, seus costumes. As principais são a escola, igreja, família e sociedades recreativas.

Conforme Tuan (1980) a consciência do passado é um fator importante no sentimento positivo pelo lugar. As construções e o arranjo da propriedade da terra como os ancestrais faziam remetem a uma história, e essa história, conforme o autor, é responsável pelo amor à terra natal. Esse sentimento guiou a organização familiar, social e material das comunidades de imigrantes durante várias gerações.

A ligação que expressavam com o Brasil se dava apenas no âmbito civil, respeitando as leis brasileiras e pagando os tributos, mas não havia intenção de adquirir ou viver uma diferente cultura. Diversos discursos colhidos por Seyferth (1994) assinalam que, na opinião dos imigrantes, os brasileiros não eram uma nação, não havia nada de peculiar, não havia tradição que pudesse ser passada pelas gerações. Tratava-se de um povo sem raízes, disperso e sem objetivos. Os casamentos interétnicos eram desestimulados, e havia somente relações comerciais travadas com outras etnias, contribuindo para que a cultura fosse repassada às novas famílias.

O desenvolvimento das instituições garantia que as novas gerações crescessem aprendendo os costumes e reproduzissem os valores que não somente ditavam condutas de comportamento, mas também garantiam que o sistema se reproduzisse. O isolamento perante outras culturas era desejável. Outras etnias europeias foram pouco a pouco aceitas, desde que apresentassem ideologia semelhante em relação ao trabalho, à família e ao respeito pela igreja. Assim italianos, poloneses, entre outros, conviviam harmonicamente em comunidades alemãs.

O debate sobre a formação identitária desses grupos sociais levou à constatação de que existem alguns critérios utilizados pelos colonos alemães e seus descendentes para distinguirem-se da população brasileira. Conforme

Seyferth(1981) o primeiro critério é racial, embora hoje o termo seja alvo de críticas e evitado, nesta obra ele quer significar que o descendente de alemães deve ter “sangue” alemão. O segundo critério é usar a língua alemã. E como terceiro critério se refere “as coisas do espírito” (SEYFERTH, 1981, p. 155) como o uso da língua alemã, pensar, viver, ter hábitos, costumes, energia e ideais germânicos. Entre esses, porém o que se sobressai é o uso da língua alemã, uma vez que foram encontradas pessoas de outros países, ou seja, não possuíam sangue alemão e nem o “espírito alemão”, mas que se comunicavam no idioma alemão e eram completamente aceitas na comunidade.

O fato de haverem pessoas oriundas de diferentes regiões da Alemanha, que se unificou em 1870, fez com que dialetos fossem fundidos. Essas diferenças regionais da Alemanha não prejudicaram a formação das comunidades e instituições, pois não havia um sentimento territorialista de identificação com sua região na Alemanha, o que importava era ser pertencente à nação alemã. Além disso, no contato com o novo ambiente ocorreram mudanças praticamente inevitáveis, como por exemplo o idioma, que nas colônias alemãs não era mais o alemão, mas sim o teuto-brasileiro. Seyferth sintetiza a forma como os imigrantes alemães forjaram sua vida e organização:

O uso cotidiano da língua alemã, a organização escolar comunitária ou religiosa (com ensino de alemão), todo o complexo econômico e social originado da colonização baseada na pequena propriedade familiar policultora – para citar apenas algumas características – são anteriores à emergência da etnicidade, que reificou uma “cultura germânica” pretendida pelos imigrantes e seus descendentes, dando ao isolamento (geográfico/político) um caráter ideológico justificativo de limites étnicos. (SEYFERTH, 1994, p.14)

Assim, a importância da língua alemã, e mesmo das instituições sociais organizadas pela comunidade, foi favorecida pelo isolamento em que viviam nas distantes colônias e serviu de justificativa para prosseguirem cultivando e reproduzindo costumes.

4.2 A agricultura familiar no município

Desde quando chegaram da Europa, os agricultores imigrantes alemães receberam ou adquiriram o território que hoje forma o município de São Pedro da

Serra, o qual estava dividido pelo Estado ou por proprietários particulares em pequenas propriedades, as quais eram exploradas pela família. Os produtos comercializados se constituíam basicamente nos excedentes da produção de subsistência, milho, trigo, bovinos, suínos, e seus derivados como linguiça e banha.

Os agricultores também eram artesãos, confeccionando utensílios para o trabalho, utilizando recursos da natureza como fibras, vimes, madeiras, palhas. Em locais propícios, com rodas de água, alguns agricultores montaram moinhos para descascar e moer grãos. Esses conhecimentos foram trazidos pelos antepassados que procuravam reproduzir na nova terra uma organização semelhante àquela que tinham no local de origem. A distância de cidades desenvolvidas também favorecia a autossuficiência.

Os imigrantes alemães contribuíram para a implantação da agricultura familiar no sul do Brasil, trazendo incorporado aos seus projetos a centralidade ética do trabalho, o que, conforme Gehlen (2006), constitui na principal diferença dos nacionais, caboclos ou indígenas. Isso também explicaria parcialmente os grandes contrastes do meio rural e mostra seus limites e potencialidades.

Com o crescimento das famílias e a inviabilidade de todos se sustentarem na mesma propriedade herdada dos pais, alguns jovens foram obrigados a partir em busca de trabalho. Por volta da década de 60 e 70 do século XX, se dirigiram em direção a cidades de importância regional como São Leopoldo, Novo Hamburgo, mas em especial para a capital, Porto Alegre. Encontram empregos na indústria e serviços. Hoje alguns destes antigos moradores retornam para aproveitar a aposentadoria, estabelecem residências em terrenos ou pequenos sítios em busca de qualidades que não se encontram mais em grandes centros urbanos.

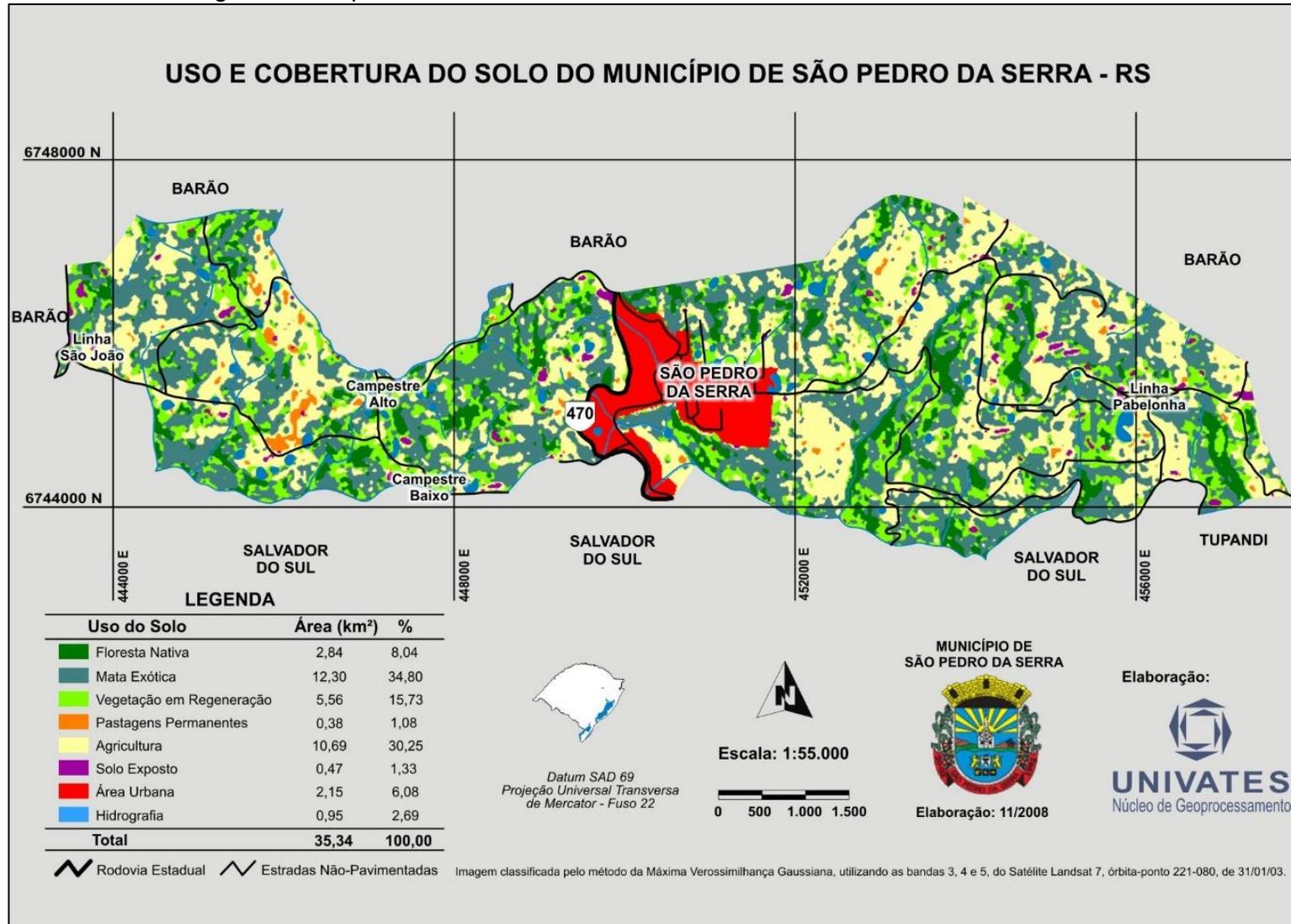
A revolução verde também teve seus efeitos na região, mesmo não sendo propícia a intensa mecanização e monoculturas devido ao relevo acidentado de encosta. Os maiores efeitos se deram na utilização de agrotóxicos nas lavouras.

A mecanização se deu lentamente, substituindo aos poucos os arados e carroças tracionados por juntas de bois, os quais eram eficientes nos terrenos acidentados.

Os efeitos da revolução verde, foi mais um fator que levou muitas famílias a desistirem da atividade agrícola. A impossibilidade de competir com os grandes produtores de grãos, que provocavam a redução dos preços com suas grandes produções, a desvalorização em geral do produto agrícola, o aumento de insumos

adquiridos externamente foram onerando cada vez mais o pequeno agricultor. Descapitalizada, sem recursos para modernização, sem políticas públicas de atenção a este segmento da agricultura a população rural foi procurando outras alternativas, abandonando ou aderindo a pluriatividade, conciliando emprego urbano com a manutenção de parte da terra.

Figura 2 - Mapa da área urbana e rural de São Pedro da Serra, 2008



Fonte UNIVATES, 2008.

A estrutura fundiária do município está baseada na pequena propriedade e uma grande quantidade de minifúndios. Chama a atenção de que 94% das propriedades possuem menos de um módulo fiscal (18 ha), mostrando a predominância de pequenas propriedades. Ainda mais expressivo é o fato de que 62% possuem até 10 ha, caracterizando número muito expressivo de minifúndios (INCRA, 2013). É uma realidade que mostra poucas alternativas de inserção em uma agricultura empresarial de grande capital. A tabela a seguir mostra a distribuição fundiária de São Pedro da Serra, onde fica bem evidente a predominância de pequenas propriedades:

Tabela 2 - Distribuição fundiária em São Pedro da Serra

Tamanho das propriedades (ha)	Quantidade de propriedades(un)
0,1 - 5	133
5,1-10	133
10,1 - 20	69
20,1 - 25	7
25,1 - 30	6
30,1- 35	3

Fonte: INCRA, 2013

Esses dados demonstram a perspectiva de uma agricultura que encontre soluções de atividades para geração e renda em pequenas áreas, concomitante à atividades não agrícolas, pluriativa, de valorização do produto agrícola beneficiado ou processamento do mesmo. Estímulo à criação de cooperativas, associações para facilitar a inserção no mercado e agregar valor.

Nas famílias que permanecem na agricultura, modernizando a produção e procurando alternativas, as principais atividades são a produção leiteira, silvicultura e produção de carvão vegetal. Nos últimos anos têm surgido investimentos no cultivo de frutas para venda *in natura*, para indústrias de conservas, compotas e *schmiers* (geleias) da região (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA SERRA, 2012).

O modelo de produção mais fortemente racionalizado e capitalizado adotado foi a criação intensiva de aves e suínos, a qual será abordada no próximo capítulo.

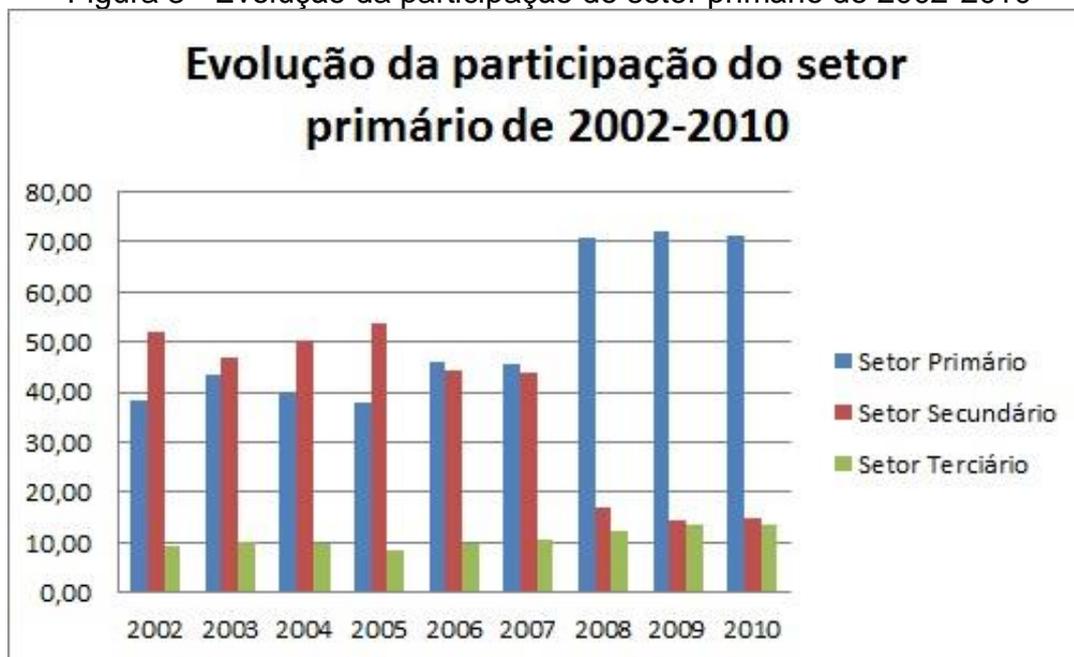
4.3 Os sistemas de produção integrados no município de São Pedro da Serra

Foi na década de 1980 que os cinco primeiros produtores aderiram ao sistema integrado com a Frangosul Ltda, agroindústria de capital familiar em expansão na região.

O maior crescimento da atividade no município ocorreu após 2005, quando a prefeitura buscou formas de incentivar financeiramente os agricultores que quisessem investir na atividade. O poder público municipal intermediou a maioria das negociações, buscando informações, contatos com empresas, facilitando aos agricultores também nas questões burocráticas. Como consequência desses auxílios, entre 2000 e 2010 foram construídos 67 novos empreendimentos de criação de aves e suínos.

O gráfico abaixo possui dados demonstrativos da representatividade do Valor Adicionado Bruto das diferentes atividades geradoras de impostos. Os dados foram obtidos com base em demonstrativos da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. É possível observar a participação crescente do setor primário no retorno de impostos ao município.

Figura 3 - Evolução da participação do setor primário de 2002-2010



Fonte: SEFAZ, 2002-2010.

Hoje as empresas JBS, Frigorífico Chesini Ltda, BRF seguem integrando agricultores na atividade. Algumas empresas são da região, de capital fechado, mas

a empresa mais influente desde 1999, DOUX Frangosul, era de capital internacional francês.

4.3.1 O futuro da atividade no município

Houve, no município de São Pedro da Serra, 4 leis de incentivo à produção primária, em especial no período de 2001 a 2010. O comum a todas é ação da municipalidade em fornecer máquinas e serviços para melhoria das vias de acesso aos locais de produção, fornecimento de saibro e brita para melhores condições de escoamento da produção. O acesso do produto valioso para a indústria foi garantido pelo poder público, as redes se ampliam, ganham visibilidade antes não existente com outros tipos de produção. Financeiramente, o poder público contribuiu de diversas formas, seja doando materiais de construção, seja repassando valores diretamente a quem cumprisse alguns critérios.

O incentivos continuam sendo oferecidos, porém a situação da integração atual, principalmente a partir da Crise da DOUX em 2011/2012, deixou os produtores apreensivos, uma vez que os valores para construir novos aviários são cada vez maiores.

A DOUX S/A é uma empresa de capital francês que comprou a empresa familiar Frangosul S/A resultando na empresa DOUX Frangosul. Ambas com foco em processamento de carnes. A agroindústria possui sua sede na França e vinha tendo dificuldades financeiras desde 2004, agravando-se com a crise mundial de 2008, quando deixaram de realizar pagamentos regulares a produtores e fornecedores. O impasse durou meses, e, por fim, em 2012, o JBS, grupo considerado o maior processador de carnes do mundo, arrendou a empresa (COELHO, 2012)

Há aspectos técnicos que estão sendo discutidos, e impedem novos empreendimentos. A legislação atual permite a construção de novos empreendimentos a uma distancia mínima de 3 Km de aviários de Postura de Ovos Férteis (UPO), porém quando esta distância estiver entre 1 Km e 3 Km e existir algum barramento (morro, mata virgem, ou outra barreira) e a Inspetoria Veterinária fornecer um laudo atestando tais barramentos, poderá ser autorizada a construção.

O município possui seu território já ocupado com construções em sua capacidade máxima, acabando por impedir novos empreendimentos de novos

proprietários (SÃO PEDRO DA SERRA, 2012). Uma solução possível é um proprietário já possuidor de um galpão construir um novo galpão ao lado do que já existe. Esta prática é permitida pelas normas sanitárias. Porém, isso pode levar a uma concentração da atividade na mão de poucos agricultores. Assim as políticas de incentivo estariam cada vez mais nas mãos de poucos.

5. OS IMPACTOS DAS ATIVIDADES INTEGRADAS NA IDENTIDADE DOS AGRICULTORES

Alguns dados obtidos na entrevista são importantes para identificar o perfil dos agricultores familiares integrados.

Foram entrevistadas 15 famílias. Dentre estas dez estão em atividade, três desistentes e dois com pretensão de iniciar atividades. Todos os membros das famílias tem sua origem no município e nasceram no meio rural. Sete pessoas já trabalharam em empregos urbanos temporariamente, somente dois permanecem nos empregos urbanos.

Dentre os dez agricultores familiares em atividade, oito estão a menos de dez anos integrados às agroindústrias, no período em que ocorreram fortes incentivos por parte do município. Verifica-se, assim, que esses incentivos tiveram grande importância para a instalação de empreendimentos integrados. Dos três que desistiram somente um estava a menos de dez anos.

Em relação à idade média dos trabalhadores das famílias vemos na figura a seguir que tratam-se de famílias com idade adulta média.

Figura 4 - Idade média das pessoas, por grupos



Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Destaca-se que o Grupo 2, formado pelos agricultores com interesse em iniciar a atividade é o mais jovem, são pessoas que tem perspectiva de trabalhar muitos anos após o investimento realizado. Assim como o Grupo 1 é formado por pessoas que iniciaram os empreendimentos em idade adulta-jovem. Entre as

famílias quatro delas possuíam idosos com idade média de 74,4 anos, e sete possuíam crianças com idade média de 8,5 anos.

A policultura está presente em 87% das famílias, ocupando as terras e mão de obra em outras atividades agrícolas ou pecuárias. No gráfico a seguir podemos visualizar esses dados.

Figura 5 - Policultura e ocupação dos agricultores entrevistados.



Fonte: elaborado pela autora, 2013.

Apenas duas famílias não possuem outra atividade além da integração. Uma família é formada por aposentados rurais. Os agricultores familiares procuram outras atividades remuneradas com o argumento de que necessitam encontrar ocupações para o tempo disponível e para utilizar a área da propriedade que ficaria ociosa. Alguns também mencionaram a necessidade de se precaver contra crises do setor agroindustrial, apostando em outras atividades para garantir o sustento da família, afirmando que isto foi muito positivo quando da “crise da Doux”, em 2011/2012.

Em todos os grupos, as propriedades pertencem a eles por meio de compra, herança, ou ainda são, em parte, dos pais. Alguns arrendam terras dos vizinhos para aumentar sua produção. Possuem casa própria e nelas há itens de conforto como geladeira, televisão, congelador, fornos, eletrodomésticos em geral. Algumas casas possuem ar-condicionado. Apenas 5 famílias não dispõem de acesso a internet,

porém todas tem acesso a telefone, sendo 4 por telefonia móvel e 11 telefonia fixa e móvel. Todos tem ao menos um automóvel.

Em relação à perspectiva de sucessão familiar na propriedade, a figura 4 evidencia que praticamente a metade não tem certeza se haverá sucessores. Apenas 5 afirmam com certeza que já tem filhos trabalhando e com intenção de permanecer. Dentre os indecisos há uma parcela que possui filhos ainda na infância, explicando em parte a falta de certeza dos caminhos que poderão ser seguidos. A grande maioria afirmou que incentivará a permanecerem. Alguns comentaram que estimularão os filhos a estudar cursos superiores, se possível na área agrícola ou rural.

Figura 6 - Perspectiva de sucessão na propriedade das famílias entrevistadas.



Fonte: elaborado pela autora, 2013.

5.1 A percepção dos agricultores sobre sua atividade

Os depoimentos mostraram em diversos momentos as percepções acerca de sua atividade, mesmo que, por vezes, demonstrassem nunca ter parado para refletir sobre os aspectos não-econômicos envolvidos. Ficou claro que as decisões são pautadas no aspecto econômico do negócio. As justificativas eram sempre iniciadas com o argumento do maior rendimento para o bem-estar da família.

Quando perguntados sobre qual era a sua profissão, todos responderam serem agricultores, porém alguns hesitaram frente a esta pergunta, complementando a resposta explicando que, apesar da atividade integrada não ser

igual ao que outros agricultores fazem, eles se consideram igualmente agricultores. Percebe-se que a identidade profissional passou por um momento de ressignificação e reafirmação no momento de se posicionar perante a sociedade após a adesão a esse sistema de produção.

Uma das entrevistadas, jovem de 27 anos, disse que sua profissão é agricultora e avicultora. Sua fala expressa uma percepção, mostrando a agricultura como uma base que proporciona derivações diversificação de acordo com o produto ou modelo de produção. Uma espécie de “especialização”, que já existe de fato nas atividades agropecuárias, expressada na nomenclatura com as quais se identificam os agricultores.

Os agricultores que construíram galpões de criação entre 2000 e 2010 afirmam que não teriam feito este investimento sem o auxílio da prefeitura, na forma de diversos materiais como telhas, cortinas, telas, máquinas para terraplenagem, resultando em um gasto muito menor. A prefeitura também auxiliou no contato inicial com as empresas, e na orientação com procedimentos burocráticos.

5.1.1 A tradição familiar

A tradição nas relações familiares se expressa no meio rural através das diferentes redes de relações. Desde as práticas agrícolas que tinham suas técnicas transmitidas de geração em geração até o cotidiano permeado dessas relações de trabalho, o que gerava um vínculo muito grande entre trabalho, cultura e relações interpessoais.

Estes foram muito lembrados pelos agricultores entrevistados. Alguns destacaram o aspecto da tradição na atividade agropecuária em si. Os conhecimentos no manejo dos animais e plantações, saberes passados por gerações foram importantes para uma produção de qualidade.

Alguns mencionaram a importância do incentivo econômico dos pais como questão fundamental para que optassem pela agricultura, e assim chegassem a ser integrados. Eles recebiam pouco a pouco tarefas e parte nos negócios, bem como as benfeitorias e máquinas.

Outros falaram a respeito de aspectos morais. Justificaram a sua permanência na propriedade dos pais após o êxodo de todos os outros filhos, se sentindo responsáveis pelos cuidados com os pais idosos, recebendo por isso a

promessa de herdar as terras. Em todos esses aspectos, porém, se pode notar a importância da família na decisão sobre a opção pela agricultura. As decisões eram muito pautadas no bem estar da família, com os pais incentivando e alguns dos filhos aceitando a tarefa de assumir a propriedade.

A alimentação é um item revelador de aspectos da identidade e costumes de um povo ou comunidade, mas no caso desses agricultores, há poucos que ainda fazem pães,ucas, biscoitos, geléias ou outras receitas tradicionais que os pais ou avós faziam. Eles alegam falta de tempo em função das outras atividades e preferem comprar os produtos prontos fabricados por agroindústrias. Duas das famílias fazem produtos coloniais como schmiers e pães que também vendem na vizinhança, sobre eles poderia se dizer que são pluriativos e valorizam os saberes tradicionais. Todas as famílias possuem uma parte da propriedade destinada a cultivar produtos agrícolas para consumo próprio, além de uma horta com verduras e legumes como feijão, aipim, batata, arroz, saladas, frutas entre outros.

O primeiro ponto mencionado para justificar a manutenção desta prática foi o fato de terem certeza de que esses produtos não contêm agrotóxicos. Todos lembraram dos perigos dos agrotóxicos para a saúde. O segundo argumento foi de que são produtos que sempre tiveram disponíveis, possuem área para plantio e conhecimentos, evitando que necessitem comprar coisas se podem ter na propriedade.

A empresa integradora proíbe que os agricultores criem animais da mesma espécie do galpão para autoabastecimento. Assim, o costume de manter algumas galinhas e suínos para consumo da família fica impedido devido a normas sanitárias. A tradição de produzir embutidos e “galinhadas” (arroz com cortes de galinha e temperos) fica comprometida. Ao mesmo tempo, não é permitido que o agricultor consuma os animais que cria na forma de integração. A única alternativa é comprarem no mercado as carnes já cortadas e embaladas pelas indústrias, do animal que criam em seu galpão. Isso distancia o produtor do produto. Os entrevistados reclamam que o sabor e características da carne não são agradáveis. O paladar dos agricultores está habituado às carnes dos animais criado nos sistemas tradicionais de alimentação e confinamento. Esses animais recebiam uma grande diversidade de alimentos vegetais e grãos, muitos geralmente soltos, podendo caminhar, enfim eram confinados de forma rústica sem proteção às oscilações de temperatura, respeitando a luz natural do dia, muitas vezes estavam

livres pela propriedade, resultando em sabor e textura diferenciadas. Para resolver essa questão algumas famílias contaram que permanecem criando animais em partes isoladas da propriedade, distantes do galpão, ou mesmo em conjunto com um vizinho ou parente, garantindo a carne que apreciam para o consumo, nos moldes tradicionais de criação.

Figura 7 - Residência, construída pelo avô e preservada como moradia pela família Vrielink.



Fonte: acervo da autora, novembro de 2013.

Esta é uma prática que evidencia a importância de alguns costumes tradicionais para as famílias de agricultores. Eles não apreciam o produto que sai de suas propriedades da forma como a agroindústria padroniza e oferece no mercado. Como ainda possuem conhecimentos e recursos preferem criar os animais para consumo da família da forma tradicional, por preferirem o sabor resultante desta forma de criação.

Ainda encontram-se na região muros de pedra, denominados taipas, construídos há várias décadas para delimitar a área de criação das varas de porcos,

alimentando-se de vegetais existentes no cercado ou trazidos pelos agricultores, além de grãos colhidos na propriedade.

Um dos agricultores que possui pocilga contou que seu pai já criava porcos para vender. Eram criados soltos, entre as taipas e também havia um chiqueiro construído pela própria família, com capacidade para 100 porcos (hoje possuem capacidade para no mínimo 500 porcos). Na época eram vendidos a um açougue e salsicharia local que fabricava embutidos e vendia banha na região do vale do Caí. Até hoje descendentes do dono dessa salsicharia produzem embutidos e vendem no município.

Figura 8 - Muros de pedras, chamados taipas, onde os porcos ficavam presos.



Fonte: acervo da autora, novembro de 2013.

Segundo o agricultor, as diferenças daquele tempo para os atuais são enormes,. O gerenciamento era independente, tudo dependia dos agricultores, desde a busca por alimentação até a comercialização. Hoje todo esse processo é feito pela empresa. Esta situação exemplifica de que as criações independentes de porcos auxiliaram outros negócios a manterem suas atividades, como a pequena salsicharia local que existe até os dias atuais e produz da forma típica colonial. No caso da produção integrada o produto vai para longe da região, é beneficiado e muitas vezes comercializado em outros países. Os bens que ficam no município se referem apenas à transferência de impostos gerados com a produção, porem não há

desenvolvimento de atividades relacionadas à esta atividade, não há produção de um sistema produtivo local.

A agroecologia ou agricultura biodinâmica mesmo não tendo sido citada como conceito, e não sendo praticada conscientemente se evidencia nas práticas de criação dos animais e plantação de produtos para consumo da família. Na realidade, essas duas práticas citadas se utilizam de vários conhecimentos tradicionais dos povos, que no caso desses agricultores foi trazido por seus antepassados ou assimilado com os novos produtos encontrados no Brasil quando começaram a interagir com a sociedade da nova pátria.

Os agricultores demonstram estar atentos a questão dos perigos para a saúde dos agrotóxicos e das criações de animais extremamente artificializadas e, por isso, procuram manter alguns hábitos alimentares tradicionais que se utilizam de técnicas mais naturais e de respeito à dinâmica da vida.

5.1.2 Modernidade técnica

Apesar de destacarem a importância do saber tradicional e do apoio dos antepassados, o discurso dominante em relação às práticas do trabalho é de que hoje o agricultor precisa se modernizar. Eles entendem que as tecnologias surgiram para facilitar o serviço manual e pesado, agilizando e possibilitando maior produção. Os agricultores são unânimes em dizer que precisam se manter atualizados em relação às novidades de sua atividade.

À princípio, isso é admitido por eles como um aspecto natural da atividade, uma vez que a empresa integradora sempre os mantém informados a respeito de novos equipamentos. Os agricultores que deixaram a atividade apontaram esse aspecto como negativo no sentido de ter que realizar constantes alterações em suas construções. Os rendimentos recebidos com a atividade, ao longo dos anos, eram usados quando surgiam novidades tecnológicas, normalmente exigidas taxativamente para continuidade da atividade.

Todos os agricultores integrados entrevistados, do grupo que está na atividade, comentam que sentem angústia por esse aspecto. Há sempre a expectativa sobre o que vai ter de ser alterado, uma incerteza sobre as novas exigências e investimentos. Eles tem consciência de que as decisões são feitas distante, por governos ou empresas, e que a qualquer momento eles terão de se

adequar. Nesta hora, muitas vezes eles estão sozinhos na busca pelas soluções. A integradora traz as novas exigências e o produtor deve procurar saber o que e como fazer. A falta de apoio, de informações precisas e o receio de sofrer sanções por algum aspecto não cumprido os fazem se sentir angustiados em relação a esta atividade.

Apesar desses aspectos negativos, como a constante necessidade de adequação à novas normas, somente os agricultores que desistiram da atividade e um dos que estão em atividade se sentem descontentes.

Os agricultores entrevistados fazem parte de um grupo que se inseriu recentemente em modernos processos de trabalho. Para eles, ainda é muito positivo o fato de estarem abrigados das intempéries e executando trabalhos que são automatizados ou muito mais leves do que aqueles executados nas culturas tradicionais. Nesse sentido, a visão deles é otimista, sentem-se menos cansados, menos expostos ao sol ou frio.

Alguns idosos que participaram das entrevistas destacam o tempo de juventude deles quando tudo era muito difícil, havia isolamento, pouca renda e trabalho penoso. Uma das agricultoras também comentou que um dos motivos por ela ter deixado de trabalhar com os pais era por causa dos sistemas antiquados, penosos fisicamente e sem renda. Assim, ela procurou trabalho nas fábricas de sapatos da região. Após o casamento ela se dedicou juntamente com o marido na propriedade dele, onde há mecanização que facilita o trabalho e a renda garantida da criação de suínos da forma integrada.

Apesar de relembrem com tristeza dos tempos antigos, ressaltando muito as dificuldades, foram destacados os valores do trabalho duro, intenso, e da superação das dificuldades. Alguns relembram o relato dos pais e avós a respeito da chegada na propriedade quando tiveram que começar sem instrumentos, sem animais, construindo pouco a pouco o que possuem hoje. Eles afirmam que eram tempos de pobreza material mas com riqueza de valores. Os idosos, em geral, não participaram da conversa no dia da entrevista, permaneciam calados, porém quando foi tocado o assunto da comparação entre os trabalhos antigos e os modernos uma senhora de 75 anos expressou o seguinte relato:

No nosso tempo a gente mal tinha uma enxada, uma foice (...) mas a gente não tinha opção, precisava trabalhar pra comer (...) e a família era grande, tinha muitas crianças, meu avô tinha 17 filhos, era tudo

muito mais difícil, hoje o pessoal quase nem sabe pra que serve uma enxada (...) (E. M.)

Em seguida o filho ressalta que está ampliando os galpões de atividade leiteira, mecanizando os processos, que comprará novo trator e irá construir mais um aviário.

Esta postura em relação ao passado, a história de dificuldades demonstra a forma como foi construída a identidade desses agricultores. Lembram da germanidade, dos valores do trabalho árduo para vencer dificuldades. E isso está presente em suas falas discursos sem que saibam de onde ouviram, pois é um discurso intrínseco à forma das etnias imigrantes europeias, como a alemã e a italiana, é parte da forma de perceberem o mundo do trabalho e a sociedade. A importância do trabalho foi levada em consideração até mesmo para o tempo dispendido no dia da entrevista para esta pesquisa. Em algumas famílias um integrante, normalmente o homem, se ausentou no meio da conversa sob o argumento de que precisava muito realizar alguma tarefa na propriedade. Isso aconteceu mesmo tendo sido combinados horários que não prejudicassem os trabalhos.

É interessante também ressaltar que 4 agricultoras trabalhavam em empregos urbanos antes de casarem com os maridos agricultores. Essas mulheres haviam saído do meio rural por falta de perspectiva de trabalho que garantissem seu sustento junto aos pais. Hoje, elas aceitam a atividade com satisfação e não pensam em retornar aos empregos urbanos. No momento em que casaram, passaram a fazer parte dos planos de uma nova família, optando por tornarem-se agricultoras familiares, apoiando e sendo apoiadas pelo marido. Desta forma as atividades da propriedade passaram a ser divididas conforme a capacidade física ou intelectual de cada um. Todos auxiliando e decidindo pelo bem comum na família.

Para Santos (1994) o processo de alienação dos homens tem como causa o controle “local” da parcela “técnica” da produção e um controle remoto da parcela política da produção. Esse controle remoto encontra-se em instituições como FMI, Banco Mundial, o mercado universal e os governos mundiais. O autor ainda alega a influência do mercado que atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas.

Mercado das coisas, inclusive da natureza; mercado das ideias, inclusive a ciência e a informação; mercado político. Justamente a versão política dessa globalização perversa é a democracia de

mercado. O neoliberalismo é o outro braço dessa globalização perversa, e ambos esses braços – democracia de mercado e neoliberalismo – são necessários para reduzir as possibilidades de afirmação das formas de viver cuja solidariedade é baseada na contiguidade, na vizinhança solidária, isto é, no território compartilhado. (SANTOS, 1994, p. 18)

A configuração encontrada no espaço rural de São Pedro da Serra aponta para a confirmação desse processo em curso. Alguns agricultores citam a mudança de comportamento nas relações da vizinhança, os mutirões não são mais tão comuns. As afirmações a respeito de relações de vizinhança eram cautelosamente refletidas, não havendo espontaneidade nas respostas. As pessoas não tem certeza se podem contar umas com as outras e afirmaram que na sua infância havia muito mais interligação entre as famílias tanto no lazer como no trabalho.

A competitividade inerente ao sistema neoliberal, seguido pela grande maioria das empresas do Complexo Agroindustrial, começa a fazer parte do cotidiano dos agricultores familiares integrados. Gehlen (2006) entende que a competitividade põe em risco as condições de reprodutividade social, econômica, política e cultural dos envolvidos no processo. Assim, a centralidade ética do trabalho, agora baseado na competitividade faz com que uns tenham sucesso, e outros não, transferindo a responsabilidade pelo fracasso da esfera pública ou social para a esfera privada. Portanto, fica claro que existem diversos fatores e há processo ocorrendo no sentido de que a comunidade antes construída e vivenciada pelos agricultores do local se desvaneça, perca seu sentido.

O relato de uma agricultora evidencia o processo de alienação comentado pelos autores acima:

A gente trabalha alí mas quem manda é eles na verdade. Comprou, fez, construiu, pagou, mas quem manda são eles, tem metas a cumprir. Tem mais renda, mais recurso e também mais dor-de-cabeça às vezes. (risos). (R. M)

Os agricultores tem consciência de que estão distantes do processo, a maioria já se sente um empregado. A jovem, L.V., comentou que a cada visita técnica da empresa integradora ela se sente ansiosa e oprimida, com medo das novas exigências ou problemas em seu aviário. Ela diz que vê seu dinheiro, que foi depositado na poupança, ser utilizado para novas obras na estrutura do aviário e muitas vezes tem medo de não conseguir cumprir todas as metas, o que prejudicaria

a avaliação do preço do frango. É um exemplo para mostrar o quanto estão dependentes de decisões externas, de diferentes fatores, distantes de sua vida cotidiana.

Apesar dessas situações, a rentabilidade e segurança de receber ainda são grandes estímulos para a busca pela atividade. Poder adquirir eletrodomésticos, reformar a casa e construir novas residências, possuir telefone e internet são atrativos. Antes disso alguns itens encontrados somente na cidade, como telefone fixo e internet.

A possibilidade de se comunicar e ter acesso a informação foi outro fator positivo apontado por grande parte dos entrevistados. Uma frase era recorrente nas conversas, eles diziam que “quem não se atualizar vai ficar prá trás”, demonstrando que sentem a modernidade como um fato contra o qual não há como lutar. Algumas tradições, na forma de trabalho não são mais possíveis hoje.

Uma agricultora trouxe o seguinte relato de sua visão do mundo atual:

Todo mundo quer mais, ninguém tem tudo e as pessoas hoje em dia quanto mais tem, mais querem. Não é verdade? Não é só com nós, é com todo mundo, tanto quem mora na cidade, ou aqui também. Todo mundo tem um sonho de ter mais e mais, quanto mais tu trabalha, mais tu quer. (risos) (S. S)

É um relato claramente moderno e inserido na lógica dominante do capitalismo, onde o consumo e a busca por bens de consumo está acima de outros valores sociais.

Apesar de existirem incentivos e diversas opiniões favoráveis à atividade integrada, alguns agricultores desistiram da atividade. Consideramos a entrevista a essa pessoa importante para ampliar o debate e verificarmos os motivos que os levaram a abandonar a integração.

O grupo de agricultores que desistiram a atividade tem em comum o fato de terem iniciado as atividades muito antes desse período de 2000 – 2010, na década de 1980. Este período foi escolhido para recolher dados de crescimento da atividade, que foram expressivos, porém como no grupo de desistentes havia este fato em comum, tornou-se relevante observar com mais atenção.

Os referidos agricultores iniciaram suas atividades na década de 1970 ou 1980, quando haviam poucos aviários na região. Afirmaram que era uma atividade muito rentável. Entre os motivos para a desistência está o fato de a remuneração ter

baixado e as exigências de mudanças nos galpões terem aumentado. Mencionam o fato de não serem donos do próprio negócio, pois apesar da terra e das construções serem suas eles não possuíam controle algum sobre o preço e condições de trabalho.

Um dos agricultores estava convencido de que a remuneração baixou por causa da entrada de muitos agricultores no negócio a partir dos anos 2000. Outro disse que a baixa remuneração é estratégica, justamente para evitar que em algum momento o agricultor possa acumular capital e ter independência utilizando-o em outro negócio.

Outro fator apontado para o desestímulo às reformas e continuidade da produção integrada foi o excessivo endividamento. Os bancos facilitam muito o crédito, e isso torna o agricultor cada vez mais dependente do sistema. Assim, os agricultores entrevistados precisam trabalhar muito para pagar os investimentos. Eles relataram que isso não é positivo, afirmam que sentir-se como escravos trabalhando para enriquecer terceiros que ele jamais conhecerá, pois ficam em suas sedes de empresas e bancos muito distantes. Diante dessa situação, afirmam que foi preferível abandonara atividade a reinvestir constantemente e depois receber pouco retorno.

5.2 O papel da pluriatividade

Alguns autores sustentam, que os pequenos agricultores imigrantes sempre foram pluriativos (SCHNEIDER 2004, 2009). Tanto na Alemanha como aqui no Brasil suas atividades agrícolas eram executadas concomitantemente com outras atividades não agrícolas. Algumas das atividades encontradas desde os primórdios da colonização são a confecção de instrumentos de trabalho, construção de benfeitorias, trabalhos eventuais em obras públicas como abertura de estradas e colocação de trilhos de trem, gerenciamento de moinhos, de máquinas agrícolas, de pequeno comércio.

Eram atividades necessárias no contexto da época. A distância de cidades com comércio proporcionava oportunidade para o surgimento de pequenas casas de comércio, com os mais variados itens de necessidade, desde alimentos até tecidos. O centro político muitas vezes encontrava-se longínquo e com precárias condições

de recursos humanos, apelando para o trabalho eventual de moradores locais para abertura de novas estradas, retornando em remuneração ou em isenção fiscal.

O município de São Pedro da Serra foi cortado pela ferrovia que ligava Montenegro a Bento Gonçalves e na época de construção vários agricultores encontraram mais uma forma de renda vendendo pedras, madeiras e a força de trabalho, sem abandonar suas propriedades. As atividades das ferrarias, marcenarias e moinhos de cereais também eram importantes para vida rural. Queijarias, salsicharias, serviços de fretes complementavam e impulsionavam a produção dos agricultores.

Este panorama nos remete a reflexão de que a pluriatividade esteve presente em diversos momentos, de acordo com as necessidades de cada época. As atividades faziam parte de práticas conhecidas, com conhecimentos passados através das gerações, ou seja, fazem parte da cultura, ligados ao valor da ética do trabalho.

A pluriatividade é bastante praticada entre os entrevistados. 87% das famílias mantêm diferentes atividades dentro da sua propriedade, relacionadas à agricultura. Há também 14% das famílias que exercem atividades fora da agricultura, mas mantêm também as atividades na propriedade.

Dentre os entrevistados encontramos uma agricultora que faz pães de milho coloniais, assados em forno a lenha, como aprendeu com sua mãe. Ela diz que a demanda é garantida, que poderia aumentar a produção mas, nesse caso, teria que ter empresa registrada e por isso, ela prefere permanecer fornecendo apenas para as amigas da vizinhança. Um agricultor já foi vereador e vice-prefeito de São Pedro da Serra e já teve uma olaria no passado. Outros dois possuem empregos públicos e se dedicam à agricultura nos turnos inversos. Há também o caso do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que mantém atividades rurais na sua propriedade e participou da entrevista por ser um agricultor interessado em iniciar atividades integradas.

5.3 Jovens e a sucessão familiar

As entrevistas evidenciaram informações que vem ao encontro do movimento social de sucessão rural já mencionado em estudos recentes por ABRAMOVAY (1998). A incerteza de sucessão da propriedade é uma realidade presente no meio

rural em geral. Na amostra estudada, apenas 33% das famílias tinha certeza de que seus filhos permaneceriam na atividade e 20% tinham certeza que os filhos não permaneceriam na atividade.

A sucessão da propriedade é um dos problemas enfrentados na realidade do rural brasileiro. Também cabe lembrar o envelhecimento e masculinização, devido principalmente à atração das jovens para os centros urbanos. Os centros urbanos em expansão tem procurado mão-de-obra em diversos setores, desde indústrias até construção civil, e o meio rural acaba expulsando muitos jovens a partir da mecanização incentivada sob o paradigma da modernização agrícola (OLIVEIRA, 2009).

Essa situação, segundo Abramovay (1998) recebe o nome de crise de reprodução social. A sucessão tem se alterado em virtude da masculinização, do envelhecimento e da baixa escolaridade. É um problema recorrente também no município pesquisado, uma vez que em vários momentos ficou claro que as mulheres da família somente estavam na atividade por terem casado com agricultores. A média de idade dos agricultores integrados à agroindústria é de 42,86 anos (baseado na idade das pessoas diretamente envolvidas no trabalho), o que mostra que este segmento ainda é jovem. Isso comprova a tese de que o envelhecimento da população rural acaba por diminuir o empreendedorismo (FILIPPI, 2009).

O efeito final dessas questões que permeiam o rural atualmente é que aos poucos se desfazem redes de sociabilidades, se desfazem contatos importantes para a dinâmica da produção de uma comunidade ou região. Tudo isso pode afetar ainda mais a disposição da juventude em prosseguir no meio rural.

A situação da baixa escolaridade entre os agricultores é emblemática e é sinônimo de atraso. Considerava-se que para trabalhar na agricultura poderiam permanecer os indivíduos que não sentiam ou não tiveram oportunidade de escolaridade. É como se a agricultura fosse a última opção. De certa forma, sequer era uma opção, era uma consequência. Isso ficou expresso na fala de vários agricultores quando perguntados porque escolheram essa profissão, eles afirmam que não escolheram, os fatos simplesmente os levaram a isso.

No entanto, no contexto atual em que a agricultura se insere, sabe-se que qualquer atividade exige conhecimento formal, seja para buscar seus direitos, seja para melhoria dos próprios recursos. Independentemente do grau de inserção em

uma economia moderna, a escolaridade faz parte da vida do cidadão, como consumidor, eleitor, etc. A falta de visão nesse sentido afeta em muito a possibilidade de reprodução das famílias.

A média de idade dos jovens que pretendem permanecer agricultores é de 24 anos. Os diálogos mostraram que estão interessados em aprender novas técnicas para produção. Possuem acesso à internet onde pesquisam assuntos ligados a suas atividades, participam de palestras, feiras e cursos promovidos pelas empresas ou cooperativas e destacam a importância de se manter atualizado.

Um jovem destacou o quanto é importante buscar conhecimento para realizar as atividades atualmente. Ele afirma que assiste programas de televisão e procura informações na internet a respeito do meio agrícola. Ele e um agricultor aposentado destacaram diversas vezes a questão da busca por aperfeiçoamento, exemplificando sobre a importância de terem participado de palestras, eventos, exposições e cursos relacionados ao meio rural.

Um dos entrevistados, de 19 anos, relatou que foi muito recente a decisão de permanecer agricultor, pois seus amigos estão trabalhando em indústrias da região (metalúrgicas, moveleiras) com salário mensal muito atrativo. A participação em um ciclo de palestras promovido pela cooperativa que seu pai faz parte mudou seu foco. Ao ver a interligação de conhecimento técnico para melhoria do rendimento, o apoio financeiro com garantias de preços, assessoria de profissionais graduados na área oferecidos pela cooperativa, e a valorização do agricultor como profissão necessária para a sociedade, fizeram-no sentir segurança e entusiasmo em prosseguir na agricultura.

Outro aspecto mencionado, não só por ele como pelos outros agricultores foi o apoio dos pais. Isso prova que não há exclusividade de influências externas na decisão da profissão, não é levado em consideração somente a ideologia do urbano como progresso e rural como atraso, ou o assédio da indústria com salários e condições de trabalho diferenciadas que proporcionam maior tempo de lazer ou mais acesso a bens de consumo. Não faltam empregos na indústria e comércio da região, portanto, esses jovens foram influenciados por aspectos de valores da sua identidade familiar, além do econômico.

Uma agricultora jovem salientou que a facilidade no trabalho do integrado foi um aspecto importante para a opção. Ela tinha 19 anos e estava prestes a se tornar empregada no setor de serviços num estabelecimento comercial da própria

comunidade, quando surgiu a ideia de instalação do aviário. O serviço em parte automatizado é considerado leve, não penoso fisicamente e por isso atrativo. Ela também salientou os relatos de amigas que estão no meio urbano e que não se sentem realizadas com a escolha. O elevado custo de vida e a grande concorrência na cidade muitas vezes torna impossível o sonho de estudar e de encontrar seu espaço. Ela salientou que é muito bom ser dona do próprio negócio e morar perto da família.

Hoje, os jovens do meio rural de São Pedro da Serra estão conectados com o mundo através do acesso a meios de comunicação, jornal, rádio, televisão, telefone e internet. A zona rural do município fica relativamente próxima de centros urbanos com opções de lazer e consumo, entre 15 e 20 km. Os jovens entrevistados não falam em isolamento e se sentem felizes por morar com a família.

A problemática de manter o jovem no meio rural pode levar em consideração diversos aspectos. Inegavelmente o meio urbano tem se mostrado atraente para uma grande parcela da juventude especialmente após a consolidação da industrialização do Brasil. O êxodo provocado pela desvalorização dos produtos agrícolas, mecanização do campo e falta de terras para todos, teve seus efeitos sentidos no território que hoje é município de São Pedro da Serra. Famílias inteiras ou grande parte delas migrou. Além dos fatores ligados diretamente a sobrevivência havia o atrativo pela vida urbana, de acesso fácil a saúde, educação e lazer.

Hoje, ainda há um atrativo muito forte pela vida urbana, propagado pelas mídias. Porém no espaço rural de São Pedro da Serra, os aspectos mencionados que levam um jovem a procurar a vida urbana não são menos sentidas e este espaço rural está sendo invadido por diversos itens que antes apenas existiam nas cidades. Hoje há facilidade de acesso devido, entre outros aspectos, a melhores vias, maior possibilidades de adquirir automóvel, acesso a internet, telefone, televisão. O lazer comunitário no meio rural ainda existe, e devido à maior mobilidade eles participam com frequência de eventos urbanos, visitam danceterias, pubs, shoppings, entre outros.

O meio rural que os jovens de hoje encontram em São Pedro da Serra não é o mesmo que seus pais vivenciaram. Presença de itens de conforto, comunicação, opções de lazer mostraram que o rural tem se modernizado, e que provavelmente isso tem incentivado os mais jovens a permanecerem morando no meio rural. Os agricultores de idade adulta referem-se muito à importância da qualidade dos

acessos, no que foi muito exaltado o pavimento asfáltico de uma comunidade e muito criticada a falta dele em outras. O tema da comunicação entra em debate frequente já que numa comunidade não há sinal regular de telefone celular e sequer há projeto de instalação de telefonia fixa, o que, na opinião deles, prejudica enormemente os negócios.

Para manter o jovem no campo, com o perfil de agricultura racionalizada e tratada como uma empresa é preciso haver algum tipo de política pública específica de acompanhamento. As tradições mantêm sua importância no discurso histórico, identitário dos agricultores, porém a forma de viver no mundo moderno exige que se trabalhe de forma moderna. Os meios racionais de produção, de controle dos rendimentos já são encarados como fato, como algo que não tem volta. O que falta, muitas vezes é saber o caminho a seguir e de qual forma. Há a tradição da agricultura policultora, onde a família vivia dos produtos da propriedade e excedente vendido. Essa prática parece não mais sustentar uma família e portanto muitos não vêem de que forma trabalhar para permanecer. Totalmente sem perspectivas muitos saem do meio rural quando poderiam ter seu próprio negócio e contribuir para a segurança alimentar da sociedade.

O sentimento geral é de otimismo em relação à atividade integrada, em especial pelo fato de as empresas pagarem o combinado em dia, demonstrando que as alternativas para a sucessão rural deve passar por alternativas de rendimento garantido. A insegurança da atividade agrícola sujeita aos eventos climáticos é a parte mais mencionada para desvalorização e muitas vezes abandono da produção agrícola.

O discurso dos agricultores de meia idade denota que eles não optaram conscientemente por ser agricultores. O processo foi ocorrendo porque eles não saíram de casa tão jovens quanto os outros filhos, eles ficaram ajudando os pais e aos poucos assumindo a propriedade. Hoje se sentem felizes com a profissão e não trocariam por outra. Apenas um agricultor que já está na atividade há 26 anos disse ter assumido os aviários do pai com a intenção de ganhar sua vida nesta atividade. Porém ao longo do tempo ele diz que os rendimentos diminuíram e as exigências aumentaram, fazendo com que ele desanimasse e pensasse que teria sido muito melhor ter abandonado a agricultura quando ele era jovem.

A situação da sucessão familiar é muito importante e deveria ser planejada conscientemente pelas famílias e pelo poder público. Nessa questão entram

aspectos sociais e econômicos. O futuro do abastecimento de alimentos está envolvido nesse processo, além da maior concentração de terras no caso de êxodo rural.

Há patrimônio histórico, cultural e econômico sendo negligenciado ante o poder auto-regulador do mercado. O capitalismo em sua forma globalizada não favorece culturas locais pela sua própria natureza exploradora das características que servem a fins arquitetados em contextos muito distantes do cotidiano dessas pessoas. Inseriram o agricultor na lógica do investimento e do consumismo, ao mesmo tempo caem por terra as tradições de um cotidiano que não existe mais.

Neste contexto de transformações, pensar na sucessão familiar é pensar no jovem como um ser participante da comunidade que seus antepassados legaram mas também já inserido nos hábitos urbanos de comunicação, lazer e trabalho.

Assim, agricultura precisa deixar de ser uma atividade residual, em que os membros da família que ficam na atividade o fazem por falta de alternativa, ou até por desinteresse aos estudos. Deve ser uma atividade desejada, escolhida e para tanto devem haver estímulos materiais e imateriais. Se o mercado capitalista não traz esses estímulos cabe aos representantes políticos planejarem formas de intervir nesse processo evitando futuros problemas de ordem social dessa população, e em relação ao desabastecimento de alimentos.

5.4. Cultura e Relações comunitárias

A cultura presente na região tem grande contribuição da etnia alemã. Como vimos, era muito importante nos primórdios da instalação das colônias que se construíssem as instituições que poderiam garantir a preservação da cultura e costumes.

A igreja era construída com recursos e mão-de-obra da comunidade, contando com doações. A escola era construída em terreno cedido por um colono, e normalmente o professor era um agricultor com formação básica, pago pelos pais das crianças que frequentavam. Também a construção de um salão para eventos da comunidade era decidida, planejada e seus custos pagos pela comunidade.

Os idosos comentam sobre essas práticas, que, pra eles, eram muito naturais. Hoje comentam que o governo faz tudo com dinheiro público mas que na época não existia essa presença próxima. A comunidade envolvida nos eventos e na

organização dessas entidades formava um ambiente propício para a reprodução dos valores conhecidos, dando identidade a essas pessoas na medida em que fazem parte da construção de elementos que garantem sua forma e continuidade.

Baumann (2003) traz em sua obra reflexões acerca da comunidade que se fazem pertinentes na atualidade em que tudo parece difícil de analisar claramente. Para ele a individualidade advinda do moderno capitalismo possibilita que cada pessoa forme sua identidade de acordo com as diversas características presentes à sua escolha. Isso vai contra o entendimento de comunidade, que passa pelo sentimento de pertencimento a um grupo com características estabelecidas e que devem ser seguidas por todos os integrantes. São características elaboradas em conjunto e vividas em conjunto.

A comunidade, conforme o autor, oferece solidariedade, abrigo em caso de necessidade, mão amiga, compreensão e certeza de valores a serem encontrados. Porém os processos cada vez mais profundos de integração do meio rural do município de São Pedro da Serra ao capitalismo global, fazem com que essa comunidade tenha sua essência modificada.

Um dos pontos que evidencia esse processo são os modos de trabalho individualizados, cada vez mais mecânicos e tecnificados, afastam a necessidade de mutirões como era muito comum há pouco mais de uma década. O trabalhador integrado conta apenas com seu próprio trabalho, não precisa buscar ajuda local e se necessita de algo é diretamente com a empresa que deve tratar. Inclusive, é expressamente proibido pessoas estranhas entrarem nos galpões, alegando-se medida sanitária preventiva.

Outro ponto a ser observado é em relação à importância da instituição religiosa e da sociedade recreativa. Outrora centros principais de encontro e difusão das práticas sociais, hoje se mostram como compromissos tradicionais muitas vezes obrigatórios ou acessórios, não principais. Outras formas de lazer são procuradas fora da comunidade, em meios urbanos. Essa é uma característica que pode variar de acordo com a comunidade e os motivos para essas diferenças poderiam ser encontrados na história de formação ou outros aspectos pois cabe ressaltar que a comunidade de Campestre Alto ainda utiliza com frequência semanal o prédio da sociedade recreativa. Hoje ela está modernizada com recursos públicos, e ocorrem festividades familiares, torneios esportivos, almoços e jantas de corais bem como da

escola, além das tradicionais festas em prol da igreja e bailes para recursos do clube de futebol, entre outros.

Os agricultores consideram as relações de vizinhança muito importantes, pois, eventualmente pode ser necessário pedir ajuda para alguma atividade, apesar de o sentimento geral expressado pelos entrevistados é de que há cada vez mais um distanciamento entre a vizinhança. Os agricultores lembraram dos mutirões que faziam para ajudar-se em épocas de maior demanda por mão de obra, e mencionam que hoje não é mais necessário devido a maior mecanização.

Essas comunidades, que os antepassados criaram através de suas atividades, do cotidiano que requeria muita mão de obra e do isolamento que impedia maiores contatos externos está transformada. Os processos de inserção dos trabalhadores no capital tem os tornado mais individualistas. Assim, por um lado há a sensação de liberdade de escolha individual, onde o mundo se abre aos desejos e planos individuais e todos eles parecem possíveis no capitalismo. Por outro lado pode se quebrar sentimento de solidariedade da comunidade, como nos lembra Baumann

o que essa palavra evoca é tudo aquilo de que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes, em suma, 'comunidade' é o tipo de mundo que não está, lamentavelmente ao nosso alcance - mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir (BAUMANN, 2007, p.9)

Este processo de suposta liberdade que o capitalismo prega não existe por acaso. Conforme Baumann (2003), as comunidades auto-sustentadas e auto-reprodutivas eram alvos no processo de avanço do capital. Assim, lembrando Marx e Engels, o autor prossegue dizendo que o sólido, representado pela comunidade, deveria ser transformado em líquido para que então outros sólidos pudessem ser forjados. De fato, o capital pode circular muito mais facilmente onde não há estrutura que se sustente localmente por seus próprios meios. Ele afirma que o capital precisa convencer e inserir essas pessoas no sistema de consumo, fazer com que sua força de trabalho passe a girar a roda do capital.

5.5 Agricultura familiar e suas relações com o espaço: continuidades ou redefinições

Veiga (2004) menciona a tese de Lefebvre (1970) na qual o rural desaparecerá ante a industrialização e urbanização massiva, em seguida lembra da contraposição de Kaiser (1972) falando do “renascimento do rural”, porém o autor acredita que não há renascimento e nem desaparecimento, e sim o nascimento de um rural baseado no triunfo da urbanidade, uma vez que aquele rural não é o mesmo que agora está sendo valorizado, há novos elementos e atores, há novos enfoques, há um olhar ecológico em que o rural é visto como espaço de lazer. Para ele no nosso atual estágio de globalização o rural não renasce e sim sofre mutação.

Essa discussão também é comentada por Carneiro (1998), com foco maior no aspecto social e cultural desse processo, onde afirma não ser possível fazer uma discussão sobre o meio rural atual considerando-se a visão dicotômica de contraposição entre rural e urbano. Uma vez eliminada essa dicotomia, eliminam-se as teses do fim do rural e do renascimento do rural. A autora menciona diversos estudos que já tem mostrado análises diferentes da dicotomia ou do *continuum* entre o rural e o urbano, colocando que a análise deve partir das relações sociais que se estabelecem a partir da integração de uma aldeia com a economia global, assim sendo, pode se verificar a ocorrência de um fortalecimento das identidades apoiadas no pertencimento de uma localidade. Este território seria o ponto a partir do qual se estabeleceriam interações entre o rural e o urbano não causando necessariamente a descaracterização de seu sistema cultural.

A autora também diz que as mudanças de hábitos, costumes, e mesmo de percepção do mundo ocorrem de maneiras distintas, própria a cada contexto cultural que estiverem ocorrendo as interrelações. Isso não significa que ocorre uma ruptura com o sistema social existente.

Assim pode se dizer que esse processo ocorre no meio rural de São Pedro da Serra. De forma bastante peculiar está interagindo com o poder público, responsável por encontrar formas de desenvolvimento que levem em consideração um pequeno território composto principalmente por pequenas propriedades e minifúndios. A população se adapta aos modelos novos, dialogando com as tradições e as técnicas modernas de trabalho. A sua posição em relação aos agricultores que permanecem em outras atividades menos tecnificadas e ligadas ao mercado global, pode se

perceber uma diferenciação já que sua renda permite uma participação muito grande em relação ao consumismo pregado atualmente. Mesmo que de forma muitas vezes inconsciente, esses agricultores dependem dos acontecimentos mundiais para o desenvolvimento de sua atividade.

Admitindo-se que há heterogeneidade de culturas e formas de interagir com a economia mundo, também as negociações se dão de formas características de cada lugar, pode acontecer a perda da identidade desse grupo como também, por outro lado reforçarem-se as identidades locais. Desta forma, não ocorre uma descaracterização do rural, mas sim sua reestruturação a partir da incorporação dos novos elementos econômicos ou culturais.

A heterogeneidade da agricultura familiar também é percebida por Wanderley (2009) como aspecto fundamental a ser observado nas análises. A autora diz que a agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas adapta-se ao contexto sócio-econômico próprio dessas sociedades, e assim realiza modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicional. Assim como afirmou Carneiro (1998) anteriormente, a autora acredita que as transformações do chamado agricultor familiar moderno não resultam em ruptura total ou definitiva com as formas de culturas já existentes e tradicionais, mas sim proporcionam o surgimento de um camponês capaz de adaptar-se às novas exigências da sociedade.

As diferenças existentes no campesinato brasileiro são resultantes da sua história e são fundamento de um “patrimônio sócio-cultural” (HAESBAERT, 2007, p.155). Haesbaert (2007) nos lembra que no elo entre identidade e território, as resignificações ou re-identificações estão entremeadas de relações de poder, sujeitas a jogos e negociações que evidenciam a sociedade desigual e marcada por múltiplos processos de dominação. Numa visão que privilegia relações e processos o autor propõe que o território “(...)é construído entre o material e o imaterial, funcional e simbólico” (HAESBAERT, 2007, p. 37) demonstrando assim toda importância dos elementos culturais além do econômico e político, mais comumente lembrados nas análises territoriais.

Na criação de políticas públicas para este segmento social é importante considerar toda diversidade de culturas, formas de organizações seja de uma comunidade ou seja de uma região maior. Veiga (2004) afirma que o sucesso de políticas públicas e projetos de renovação do rural está diretamente vinculado às

circunstâncias concretas em que se encontram os locais. Fillipp iet al (2006) lembra dos diversos atores hoje presentes no espaço rural, que não é mais apenas agrícola, novas formas de políticas surgirão para resolver conflitos entre esses atores e seus diversos interesses. Assim novas formas e mecanismos de administrar devem surgir. Há os agricultores de tempo integral, os pluriativos, os que conjugam pecuária e agricultura, moradores do rural porém trabalhadores do urbano, os defensores do meio ambiente, etc.

No caso de São Pedro da Serra, percebemos que a atividade integrada foi uma atividade incentivada como solução para o desenvolvimento da agricultura, e foi estimulada por diversos fatores. Inicialmente pela abertura econômica que o país vinha passando ao longo das recentes décadas. As características territoriais e culturais da região também atraíram as empresas interessadas em transferir para terceiros a etapa de criação dos animais que abatiam. O fato de serem agricultores com mão de obra familiar, propriedades regularizadas, disponibilidades de água bem como o poder público municipal incentivando com a infra-estrutura de energia e vias de circulação fizeram com que muitos aderissem ao sistema.

Desta forma a atividade foi sendo implantada sem que as demais fossem abandonadas, houve uma associação entre as atividades de acordo com a disponibilidade de mão de obra da família.

No caso do espaço rural de São Pedro da Serra percebem-se novos atores presentes no meio rural. Especificamente o caso de políticas públicas para o agricultor familiar integrado, acredita-se ser necessário categorizá-lo devido à sua forma de trabalho e relação com o urbano de forma diferenciada quando comparado aos agricultores familiares que praticam suas atividades de forma autônoma. Estes agricultores possuem ligação muito estreita com a economia mundial, apesar de não fazerem parte dela atuando livremente. Seu rendimento está diretamente vinculado aos preços praticados mundialmente, seja dos insumos seja do produto final. O poder público somente foi chamado a agir, por parte do agricultor, no momento do incentivo financeiro da construção do galpão, e após uma grande crise na mais influente empresa integradora da região.

Em nenhum dos casos o poder público tem autonomia para escolher ou planejar as atividades que ocorrerão em seu território. Tanto o agricultor como o poder público somente recepcionam a empresa fornecendo o que ela precisa. Em troca somente remuneração suficiente para um padrão de vida considerado

confortável pela família, contudo, como citado anteriormente por um agricultor, a remuneração nunca será suficiente para que algum dos integrados acumule capital e se torne independente em qualquer atividade.

As demandas que este público solicita e que podem acabar beneficiando outros segmentos da agricultura é mínima. A melhoria de estradas de acesso muitas vezes é tão específica e localizada que se dá exclusivamente no trecho próximo ao galpão. A quantidade de aviários e pocilgas não tem aumentado e se localiza espalhada pelo território, devido principalmente às condições impostas por órgãos de fiscalização sanitária. O conhecimento da atividade é exclusivamente repassado e utilizado pelos trabalhadores, não ocorrendo ganhos para a comunidade.

A heterogeneidade de atores e suas intencionalidades, bem como a diversidade de fatores que podem influenciar hoje o espaço rural nos remete às palavras de Harvey (2011), para ele “o desenvolvimento geográfico desigual que resulta é tão infinitamente variado como volátil”. São estruturas, relações, vínculos sem estabilidade uma vez que não resultaram da própria ação dos atores desse território. São comandados de fora, suas variações dependem de fatores internacionais imprevisíveis e nos quais não podem interferir, o que mais uma vez confirma a fragilidade da atividade integrada e seu desenvolvimento para o município e não deverão ocasionar vínculos com o território.

Pode-se refletir que as transformações que estão em curso após a implantação da atividade integrada podem não ser duradouras e não criar territorialidades porque seus produtos são enviados a locais desconhecidos, a sua produção é estabelecida de forma externa, o trabalhador está somente executando uma tarefa e não participa, não influencia e não tem contato com a empresa. Essa empresa não pretende estabelecer nenhum vínculo a não ser o contrato de criação dos animais, afinal seu foco é o mercado, e garantir menos custos.

De qualquer forma, na elaboração de alternativas, Filippi (2009) argumenta que “(...) as dimensões identitária, material e organizacional do território passaram a requerer uma abordagem pluridisciplinar”, sob pena de deterioração qualitativa do território. É admitido, portanto que a complexidade do meio rural hoje exige sair da esfera fechada de uma área de conhecimento e pede a interação de várias disciplinas para superação dos desafios.

No nível da agricultura individual doméstica o desenvolvimento pode provocar uma redefinição de identidades, estratégias, práticas, inter-relações e redes. Em

alguns casos essas redefinições permanecem sobre as características culturais presentes e em outras se incorpora profundamente ao mercado mostrando a necessidade de repensar o contexto dessas novas relações.

Ainda pensando na complexidade do mundo rural hoje, com culturas que se interpenetram, Carneiro (1998) entende que é impossível determinar as fronteiras culturais entre o “rural” e o “urbano”. A cultura rural se torna cada vez mais perpassada pelos elementos urbanos, como os modos racionais de produção, mecanização, modos e costumes de vida, contudo, o meio urbano também recebe influências ao absorver bens naturais e culturais provenientes das comunidades e suas especificidades. A autora reafirma que nesse caso não há necessariamente a destruição da cultura local, havendo possibilidade inclusive de reforçarem-se os vínculos com a comunidade.

Conforme Hall (2011) pensador que nos apresenta a pós-modernidade, quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares em imagens, pela mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas aos tempos, lugares, histórias e tradições, as quais parecem “flutuar livremente”(grifo do autor). No consumismo global as diferenças e distinções culturais, formadoras de identidades são transformadas em algo que pode ser traduzido em qualquer lugar, ou seja, houve “homogeneização cultural”(grifo do autor).

Hall (2011) e Baumann (2005) falam que esse processo pode reforçar os sentimentos de identidades de grupos que queiram se manter preservados. Hall (2011) percebe que em toda parte estão surgindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão em suspensão, em transição, formadas por características oriundas de diferentes misturas culturais.

Não consideramos que entre os agricultores familiares de São Pedro da Serra houve uma homogeneização cultural influenciada pela atividade integrada. Dentro do universo pesquisado, que privilegiou especificamente as famílias integradas, foi verificado que ainda permanecem vários vínculos com a tradição dos pais e avós. Apesar de estarem convencidos de que as técnicas de trabalho evoluíram para melhorar a vida no meio rural, permanecem alguns costumes na culinária, relações com a vizinhança e festividades. O apreço que possuem ao lugar também ficou claro, pois desejam que ele melhore e não pretendem se mudar. Duas famílias possuíam jovens morando no meio urbano, porém eles frequentam assiduamente a

casa dos pais em busca das características do meio rural, como tranquilidade, natureza e mesmo o desenvolvimento de atividades como pesca e criação de cavalos para lazer.

Por outro lado, as teses de maior vínculo com o local também não parecem ocorrer. Poderiam ser mais fortes caso as atividades trouxessem à tona antigos ensinamentos e tradições que os fizessem vivê-los cotidianamente. Atividades que estimulassem os saberes artesanais, culinária e festividades representativas da etnia teuto-brasileira seriam ocasiões de reforço das identidades frente ao avanço da homogeneização cultural.

As relações que ocorrem no município estão mais ligadas a uma adaptação aos novos sistemas de produção e uma inserção “pacífica” no mercado consumidor por parte dos agricultores integrados.

5.5.1 Espaços em transformação: materialização na paisagem.

A palavra topofilia, conforme Tuan (1980), se refere a todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material, em especial interessa neste trabalho o sentimento a respeito de um lugar, “por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida”(p.107).

Os agricultores entrevistados demonstraram gostar muito do lugar onde moram. Surgiram diversas formas de expressão em especial destacando as características da tranquilidade, segurança e privacidade inerentes ao meio rural.

A grande maioria afirma que não se adaptaria e não gostaria da vida em um centro urbano. Destacam que não gostam do barulho, da movimentação da grande quantidade de pessoas, além dos perigos da criminalidade.

Algumas frases chamaram a atenção, quando se referiram ao seu local, denominando-o como “um paraíso”, com muito verde, tranquilidade e sossego.

Uma expressão marcante também foi a palavra “refúgio”. A região de São Pedro da Serra é caracterizada por seu relevo com formações típicas de encosta de planalto, com vales, morros e vertentes. Os agricultores identificam a zona rural como um refúgio, indo ao encontro do que diz TUAN (1980) "O vale é identificado simbolicamente como útero e como refúgio. A sua concavidade protege e nutre a vida." (TUAN, 1980, p. 135).

A paisagem (foto 3) expressa com clareza a presença de vales, o verde exaltado pelos agricultores, das áreas íngremes ou com afloramentos de rochas que impedem mecanização. Nessa mesma imagem se observa um aviário ao centro. A paisagem está marcada pelas construções padronizadas das agroindústrias. O milho que se vê em primeiro plano e em outros pontos de lavouras não será utilizado nas atividades do aviário, mas sim vendido a agricultores da região que criam gado para corte ou bovinos de leite. Isso acontece por que a empresa integradora fornece a ração que é alimento dos animais, adquirindo-o no mercado nacional ou mesmo internacional, com o objetivo de obter menores custos.

Figura 9 - Paisagem rural de São Pedro da Serra.



Fonte: acervo da autora, fevereiro de 2013

O trabalhador rural vive todo o dia em contato com a terra, ela é o seu lugar.

Dela retira seu sustento, tem com ela uma relação da qual depende sua sobrevivência, e ao redor dela gira e se constrói seu mundo. O trabalho, a espera, o cuidado, a influência do clima, a identificação dos solos, as características topográficas, são conhecimentos adquiridos, na maior parte das vezes, após a experiência prática, sem auxílio de técnicas escritas em manuais ou de profissionais das ciências do solo e da pecuária. Isto gera uma relação muito próxima do trabalhador com seu meio de trabalho. Ele conhece o começo, o meio e o fim de seu produto. Mesmo que inconscientemente e muitas vezes equivocando-se, ele crê estar fazendo o melhor possível.

Ao ter o controle sobre a produção, além da relação como produto que seria vendido, o agricultor podia produzir seu alimento. Ao produzir seu alimento reproduzia costumes antigos, e os passava à sua família. Alimentavam-se de produtos locais, através de processos conhecidos e dominados por eles.

Com o advento das técnicas racionalizadas pela indústria o agricultor familiar que passou ao sistema integrado perde o controle sobre as formas de produção. Ele é apenas trabalhador braçal a serviço das regras de uma empresa. Não há mais relação próxima entre pessoa, meio de produção e produto. A natureza fica mais distante, o contato com o seu lugar menos frequente. As formas de produzir são dadas prontas, ele não precisa refletir nem experienciar nada. Equipamentos, novidades técnicas são comprados, vem prontos e planejados em algum lugar distante. Começa a entrar muito rapidamente e profundamente no ciclo da compra, da facilidade de adquirir técnicas prontas. Seu suor, seu trabalho agora será pago de acordo com a vontade de uma grande empresa, e esse dinheiro pago ao agricultor será utilizado novamente para alimentar o mesmo sistema produtivo em melhorias (ou supostas melhorias) nas instalações sob pena de ter suas atividades paralisadas.

A relação com a terra fica claramente distanciada uma vez que as atividades se dão de forma intensiva dentro de um galpão, com modos e objetos de produção estranhos. Em breve muitos serão modificados sob ordens externas e jamais poderão ser adaptados ou modificados pelos próprios trabalhadores. A natureza e seus ciclos, as tradições e experiências ficam prejudicados pois na fala de Tuan

A topofilia do agricultor está formada desta intimidade física, da dependência material e do fato de que a terra é um repositório de lembranças e mantém a esperança. A apreciação estética está no presente, mas raramente é expressada.”(TUAN, p.111)

Não havendo mais contato direto com a terra, com um espaço construído de significados, as atividades se tornam distanciadas do local por suas características, mesmo ocorrendo no local não há vínculo.

As falas dos entrevistados foram positivas em relação ao lugar onde vivem. Em meio ao discurso, seu ponto de referência foi a oposição ante algumas características urbanas consideradas indesejáveis, como a falta de sossego e

privacidade. Outra forma de apego à terra foi no discurso dos antepassados, afirmando que se sentem bem em estar na terra que pertenceu aos avós ou bisavós.

Observa-se na paisagem mudança das formas e das funções dos lugares e das construções. Um exemplo claro, entre tantos que foram observados, na figura 10 onde há uma casa antiga preservada, o telhado do lado esquerdo serve de proteção ao equipamento usado para levar até as lavouras os dejetos acumulados nas esterqueiras da pocilga, onde servirão de adubo. Na extrema direita as rodas de carroça antiga servem de decoração no jardim.

Figura 10 - O novo e o antigo se fundem nas formas e nos usos.



Fonte: Acervo da autora: novembro de 2013.

O espaço rural se torna complexo ao se ampliarem suas relações com o urbano e o moderno capital. Diferentes processos ocorrem onde antes somente havia produção agrícola e uma vida que girava em torno dessa produção. Adquirindo novas funções, tanto os elementos construídos pelo homem como os da natureza podem ser ressignificados de acordo com características econômicas e culturais do presente.

Os acessos ao interior do município foram significativamente melhorados após a implantação de sistemas integrados. Cada trecho de estrada que fazia parte

do caminho de escoamento da produção foi cuidadosamente trabalhado pela administração. É notório, em locais já constituídos e ainda mais evidente em locais novos, como um caso presenciado durante a pesquisa, onde um local totalmente isolado das vias principais recebeu muitas horas de trabalhos com máquinas públicas para que se tornasse acessível.

Existem leis autorizando tais incentivos sob a justificativa do grande aumento na arrecadação de ICMS que essa atividade gera ao município.

Após o urbano ser por muito tempo valorizado como local de facilidades, oportunidades, movimento, lazer, serviços hoje percebe-se uma valorização do rural não apenas pelos seus moradores tradicionais, os agricultores, mas também pelos trabalhadores de centros urbanos. No momento em que se valorizam acessos para escoamento da produção, melhorando a circulação, a zona rural pode tornar-se atrativa também a quem precisa circular para chegar ao seu trabalho.

A figura 11 é um exemplo do que foi comentado, destacando-se em primeiro plano o pavimento asfáltico da via principal da comunidade de Vila Nova, no centro o trator agrícola equipado com tanque para espalhar dejetos de suínos na lavoura, à esquerda estão as casas de trabalhadores urbanos que se deslocam diariamente para o trabalho. À direita ainda é possível identificar o aviário desativado do agricultor M. S. o qual serve como depósito. Próximo ao antigo aviário percebe-se uma terraplenagem para construção de uma casa de trabalhador urbano.

Figura 11 - Aspecto do espaço rural da comunidade de Vila Nova.



Fonte: acervo da autora, novembro de 2013.

A valorização do rural se deu em grande parte por causa das melhorias de acesso resultantes dos processos descritos acima. Além disso, há uma nova ideia de rural ligado à privacidade, tranquilidade e à qualidade de vida que resulta dessas características.

As pessoas que trabalham na cidade e moram no meio rural de São Pedro da Serra são, em sua maioria, descendentes de agricultores da comunidade, ou até mesmo antigos moradores que se mudaram na juventude e retornam após a aposentadoria. As famílias procuram manter os parentes na propriedade. Em geral não são vendidos terrenos à pessoas que não são do lugar, e a preferência é para pessoas da família.

Podemos destacar nesta análise a importância da proximidade das comunidades rurais aos centros urbanos, o que facilita a comunicação e acesso a oportunidades de trabalho e o consumo de bens e serviços. Essa interação possibilita a pluriatividade, os moradores rurais e também aos agricultores integrados que possuem mais acesso a consumo de bens e serviços presente meio urbano.

5.6.Território e identidade dos integrados

O território, nas palavras de Heidrich (2006) é criado pela humanização do espaço. Além da visão clássica, no sentido de extensão do território, são analisados também outros dois sentidos: o da integração economia-política-cultura e o sentido da relação dos sujeitos com o espaço que termina por adequá-lo, diferenciá-lo culturalmente. Desta forma, o autor explica que o vínculo com espaço pode se dar de três formas: apropriação no duplo sentido de posse e adequação; na valorização do espaço que cria estruturas e lugares adequados à convivência, sobrevivência, entre outros; e por fim a consciência do espaço que se refere a um sentimento de pertencimento a um lugar ou território, ligado à identidade.

Essa relação apropriação – valorização – consciência pode estar incompleta no território estudado, especialmente em se tratando do caso dos agricultores integrados. Identifica-se a apropriação pois a posse da terra não é um caso de conflitos neste município. A valorização do espaço também é realizada no intuito de instalar adequadamente as construções necessárias ao desenvolvimento das

atividades adequadas às normas ambientais e às normas técnicas. Porém quanto à consciência das consequências que este tipo de atividade pode trazer não há forma de interação dentro do território. A atividade é planejada e concretizada distante de vínculos com o local, uma vez que não utiliza produtos ou saberes locais e nem deixa valores materiais ou imateriais após o resultado da produção. São Pedro da Serra mostra claramente esta relação.

A relação dos integrados com o poder público do município de São Pedro da Serra é diferente da relação dos demais agricultores. Os primeiros recebem incentivos financeiros para construção, apoio com pessoal do serviço público para o contato e auxílio com trâmites burocráticos. Estas são situações que não são observadas com agricultores de outras atividades. Com exceção da produção de leite que recebe incentivo, mas em menor escala e sujeita a avaliações antes da aprovação. Desta forma as relações com o poder público municipal são desiguais, com demandas diferentes e incentivos diferentes. O grupo de trabalhadores rurais integrados está num patamar privilegiado em relação aos demais.

Por outro lado, os agricultores não tem posição vantajosa perante a empresa integradora. Os contratos preveem a forma como ocorrem todos os processos e, em nenhum caso, a empresa se responsabiliza por despesas do proprietário no exercício da atividade. Uma situação de forte impacto ocorreu no início desta pesquisa, entre 2011 e 2012, quando a empresa Doux, de maior atuação no município, parou de pagar os agricultores, embora prosseguisse com o envio de animais para criação. Legalmente isso seria considerado quebra de contrato e deveria haver ressarcimento de acordo com as penalidades estabelecidas no contrato. Na época houve mobilização de prefeituras de diversos municípios, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e caravanas de agricultores procurando negociação com a representante da empresa no Brasil. Essas tentativas foram frustradas, não obtiveram nem ao menos audiência com algum representante da empresa para esclarecimentos. Foi solicitado auxílio do governo estadual no sentido de abrir um canal de diálogo, já que os agricultores ficaram sem resposta alguma aos seus questionamentos. No entanto a resposta da empresa foi a intimidação, informando que quem tivesse aberto processo contra essa situação não seria pago assim que a empresa superasse a crise e somente seriam pagos os agricultores que não processaram a empresa.

A indiferença demonstrada no relacionamento com o agricultor e mesmo com o poder público local evidencia a noção de apropriação do território dessas empresas. A elas interessa apenas que se cumpra a etapa de criação do animal para o abate. Ela desonera seus custos ao passar a responsabilidade de construção do galpão ao agricultor, utiliza sua mão-de-obra sem pagar benefícios trabalhistas, uma vez que o galpão é do agricultor.

A discussão de Mançano Fernandes (2010) a respeito do território coloca uma luz sobre a presente pesquisa: existem territórios dentro de um território. Os territórios singulares estão em conflito de poder pelas múltiplas dimensões (política, social, ambiental, cultural, econômica, etc), bem como coexistem territórios multiescalares, onde as diferentes escalas estão em interação e jogo.

Podemos identificar o território dos agricultores integrados, numa escala regional, definido pelas propriedades, pelas características que o delimitam, inclusive as normas sanitárias que impedem a instalação de diversas atividades no entorno. Assim, em relação ao município de São Pedro da Serra há diferenciações que podem mostrar os territórios do integrados e dos não-integrados. Uma vez que suas demandas e estratégias são diferentes, seu relacionamento com o território poderá se mostrar diferente.

Constata-se, porém, que a paisagem atual não reflete por completo as transformações sociais que estão ocorrendo na região. Isso por que ela não consegue demonstrar as alterações que ocorrem nas relações entre os indivíduos. Não é possível materializar de forma explícita a perda territorial e da identidade com a cultura matriz.

Considerando-se que os agricultores integrados possuem relação diferenciada com o poder político na esfera municipal, obtendo vantagens que outras atividades não tem, pode se dizer que há territórios dentro do território municipal de São Pedro da Serra.

Nas atividades integradas todos os insumos são trazidos pela empresa, que realiza até mesmo importações do produto visando melhores preços. No caso da foto XX, em frente ao aviário há uma lavoura de milho, utilizado na alimentação de animais, pertencentes ao mesmo produtor, que não será utilizada nessa criação. Este agricultor venderá o milho no mercado local ou regional e seus compradores serão os pecuaristas independentes. Ou seja, o agricultor adepto à empresa integradora - que não se relaciona com a região na questão de insumos - na

prática, em sua propriedade, pecuária e agricultura para suprir de insumos a produção de outros agricultores que não são integrados, e necessitam buscar os fornecedores por seus meios e relações interpessoais. Este é um exemplo emblemático da complexidade de relações identificados nesta pesquisa.

6. CONCLUSÕES

Os agricultores familiares integrados de São Pedro da Serra estão se inserindo em uma lógica capitalista de trabalho e consumo e isso certamente provocou ressignificações. As interações do agricultor integrado com o modo capitalista de produção se dão de forma que o mesmo está distante dos centros de decisão e de comercialização, enfim de grande parte do processo.

Em suas origens, os agricultores familiares da região colonial a que pertence o município de São Pedro da Serra tinham uma relação muito próxima a terra, cultivando-a e tendo o controle sobre a maior parte das etapas da produção. Nesse contexto eram desenvolvidas relações interpessoais, que formavam uma estrutura de comunidade, tanto material quanto simbólica. Essa comunidade era, de certa forma, homogênea em relação às características do grupo que a formava.

Desta forma, percebemos que a realidade estudada reflete a situação de diversos municípios do entorno, formação histórico-social semelhante e que passam por processos de integração à agroindústria.

Atualmente as características do capitalismo ultrapassa fronteiras e se sobrepôs aos antigos modos de produzir, pouco racionalizados e não compatíveis com a demanda desejada pelo capital industrial. As relações de trabalho foram gradualmente modificadas e por consequência também as relações na comunidade, diminuindo a intensidade das tradições.

Analisando a realidade do município de São Pedro da Serra, percebemos que há alterações ocorrendo na forma de ver sua profissão. Essas alterações, no entanto, não foram capazes de fazer com que sua identidade e costumes herdados fossem completamente abandonados. As adaptações surgiram em função da administração do tempo, cada vez mais escasso frente às atividades que o complexo agroindustrial exige de seus integrados.

Embora alguns instrumentos e práticas tenham sido abandonados, ainda percebemos uma valorização do saber dos idosos, da culinária tradicional e de algumas festividades das comunidades que atraem também o público urbano.

A juventude rural nos grupos entrevistados expressa essas transformações observadas. Os jovens que optaram por permanecer trabalhando na propriedade exaltam o fato de ser dono do próprio negócio e as recentes comodidades que possuem. Acesso a bens de consumo, internet, telefone e automóvel são alguns dos

elementos fundamentais para sua permanência. Assim, eles encaram com muita naturalidade os trabalhos modernizados na propriedade, os eventos tradicionais da comunidade, a presença dos avós e seus costumes bem como a busca por conhecimento em cursos na cidade ou na internet.

A proximidade com centros urbanos é um fator importante a ser considerado, caracterizando relações frequentes com fácil acesso à oportunidades de trabalho, consumo de bens e serviços. Essa característica se relaciona tanto a realidade em geral encontrada no município, quanto aos agricultores integrados.

Fica evidente, como em diversos outros estudos, que a diferenciação entre rural e urbano carece de maior nitidez. Não faz sentido dizer que este meio não é mais genuinamente rural por possuir novas formas de trabalho e consumo de bens vindos do meio urbano. Para os atores que constroem estas comunidades o lugar ainda é ponto de referência de sua origem, e seu olhar sobre essa realidade é de alguém que quer ter suas atividades profissionais. Para tanto pensam que seu espaço deveria ser melhorado pelos órgãos públicos, com mais serviços de qualidade. São apegados ao seu lugar, acreditam em sua atividade e planejam o futuro.

O tema da sucessão rural mostra-se ainda um desafio permanente, porém com boas perspectivas para o futuro. Entre as famílias entrevistadas que possuíam jovens agricultores, ficou claro que a permanência foi uma opção. Diferente das décadas anteriores em que os agricultores relataram que ficaram na agricultura por que “sobraram”, ou seja, não encontraram outras alternativas de trabalho na região ou ainda, ficaram com a responsabilidade de cuidar dos pais. Para as novas políticas de incentivo, portanto, deve ser levado em conta os elementos e fatores de atração do jovem para as atividades rurais. O acesso aos bens de consumo e aos serviços são itens importantes, fazem parte do cotidiano e podem trazer benefícios na obtenção de conhecimento e no fortalecimento das redes de relacionamento.

As formas de trabalho racionalizados introduzidas pela atividade integrada estão provocando mudanças, principalmente em relação à noção de tempo e na relação com o produto. O tempo das atividades é controlado pela empresa, não é o da natureza. O produto também não está sob controle do agricultor, é planejado em locais tão distantes, as vezes em outros países, em outros continentes, além da rejeição do consumo do próprio produto.

O tempo não é mais compartilhado entre a comunidade, a distância em relação ao produto o faz ser inserido na alienação do trabalhador que serve como mão de obra e não é mais o agente do processo produtivo. O agricultor perde o poder sobre seu trabalho. Assim, em sua relação com as esferas da política também se revelam as faces dessa alienação, uma vez que frente a novos problemas com a produção, não é possível reivindicar e nem ser ouvido pela empresa, devido ao seu imenso poderio.

As análises sociais do meio rural podem ter resultados bastante diferenciados. Pensar no rural hoje é levar em conta e admitir as diversas transformações pelas quais ele vem passando, sem deixar de ser rural, mas sim ressignificando-se. Compreender isso é essencial para construir um discurso que respeite a pluriculturalidade e as formas de se adaptar frente aos novos desafios. Entender a cultura de um lugar ou território pode contribuir para que as políticas públicas possam ser mais eficientes.

Da mesma forma, ampliar o viés da análise, deslocando-se do econômico para o cultural nos ajuda a observar os valores subjetivos de uma comunidade, que não podem ser quantificados mas que terão influência na sua forma de inserir-se e relacionar-se com o espaço.

A pesquisa mostra o quanto pode ser complexa e diferenciada a forma das sociedades se adaptarem às mudanças. As interações e adaptações podem mostrar realidades novas, e proporcionar o surgimento de novos temas de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo...[et al.] **Juventude e agricultura familiar**: Desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998.
- BAUMANN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BAUMANN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BECKER, Bertha K. **Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI**. Uma representação a partir do Brasil. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 53(3): 169-182, jul./set. 1991.
- BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Ed. Vozes, 1988.
- CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. A agricultura familiar no contexto do rural contemporâneo. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SUZUKI, Júlio Cesar; MARAFON, Glaucio José (orgs) **Territorialidades e diversidades nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras expressões, 2011, p 275-298.
- CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade**: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 11. out. 1998
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. (A era da informação: economia, sociedade e cultura). Tradução Klauss B. Gerhardt. Prefácio de Ruth C. L. Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, v.2, 1999.
- CASTRO, Iná E. de. **Geografia e política**. Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2005.
- CAZZELA, Ademir A. BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. orgs. **Agricultura familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- COELHO, Álisson. JBS anuncia investimento de R\$ 300 milhões na Doux Frangosul. Zero Hora. Disponível em <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/economia/noticia/2012/05/jbs-anuncia-investimento-de-r-300-milhoes-na-doux-frangosul-3748193.html>> Acesso em 04/05/2012.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. ; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2 ed. Porto alegre: Artmed, 2007.
- DIMÉO, G. Lesterritoires de l'action. In: **Bulletin de La société géographique de Liège**. Liège, nº 48, 2006, p. 7-17.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do território**. 2008. Disponível

em<http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2012.

FILIPPI, Eduardo Ernesto. Perspectiva do desenvolvimento rural no Brasil: do Estado às políticas territoriais. In: ALMEIDA, Jalcione; MACHADO, Armando Dessimonorgs. **Desenvolvimento rural no Cone Sul**. Porto Alegre: Associação Holos Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2009, p 56-76.

FIORI, José Luis. **Globalização econômica e descentralização política**: um primeiro balanço. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 15, n. 2, 1994, p. 295-311.

GEHLEN, Ivaldo. **Território, cidadania, identidades e desenvolvimento local sustentável**. In: RIELLA, Alberto (org.). Globalización, desarrollo y territorios menos favorecidos. Montevidéo: Universidad de La República, 2006, p 265-283.

GODÓI, EmiliaPietrafesade, et allorgs. **Diversidade do campesinato expressões e categorias**: construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

HAESBAERT, Rogério; ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de. **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Acess, 2007.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural, 2011

MAUCH, Claudia; VASCONCELLOS, Naira, orgs. **Os alemães no sul do Brasil**: cultura – etnicidade – história. Canoas: Editora da ULBRA, 1994.

MEDEIROS, R. M. V.; FALCADE, I. **Tradição versus tecnologia**: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Que “novo” rural é este no Brasil?** Mesa Redonda “Dilemas na conceituação do campo e do rural no Brasil” no I Simpósio Urbano Rural - USP/SP, 2011.

MENASCHE, Renata. **A agricultura familiar à mesa**:saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

MENEGETTI, Gilmar. **Desenvolvimento, sustentabilidade e agricultura familiar**. Disponível, [s/n] disponível em: <http://www.emater.tchê.br.art18.htm>. Acesso em 26 de setembro de 2011.

METZEN, Bruno, SCHMITZ, Vera Maria Steffen. **São Pedro da Serra**:uma história de trabalho, respeito e honestidade. Erechim: Edelbra, 2000.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó, SC: Argos, 2005.

MOREIRA, Roberto; COSTA José, MACEDO Luiz Fernando. **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC: EDUC, 1989.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA SERRA. Entrevista. Secretaria da agricultura, 2012.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA SERRA. Relatórios de estatísticas da produção agrícola. Secretaria da administração e fazenda, 2012.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. São Paulo: Estudos Avançados, volume 16, número 44, 1-10, 2001.

NEVES, Fabrício Monteiro et al. A modernização da agricultura e os eixos temáticos. In: ALMEIDA, Jalcione (Org.) **A modernização da agricultura**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1990.

OLIVEIRA, Daniela. O futuro das unidades familiares: uma análise das possibilidades de sucessão hereditária entre os agricultores e ecologistas de Ipê (RS). In.: SCHNEIDER, Sérgio. **Novos Cadernos NAEA**. v. 12, n. 2, p. 149-174, dez. 2009.

ORTEGA, Antonio Cesar. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas, SP: Editora Alínea; Uberlândia, MG: EDUFU, 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio, org. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 13-54.

RAMBO, Nestor Francisco. **Pequena propriedade agrícola familiar e pluriatividade**: tentando compreender a relação campo x cidade no município de Itapiranga (SC). 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2005.

RICHARDSON, Roberto; WAINWRIGHT, David. A pesquisa qualitativa crítica e válida. In: RICHARDSON, Roberto (Org.). **Pesquisa Social**. 3. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1999. Capítulo 6.

ROSENDAHL, Zeny. **Território e territorialidade**: Uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton et al. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p. 15-28.

_____. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Capítulo I. A questão: o uso do território, p. 19-22; Cap. X. A categoria de análise não o território em si, mas o território utilizado, 1996, p. 247-248.

SANTOS, M et alii. **Território**: Globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.

SAQUET, Marcos Aurélio. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade**. Florianópolis: Geosul, v.22, n.43, p 55-76, jan./jun.2007.

_____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SARACENO, Elena. **O conceito de ruralidade**: problemas de definição em escala europeia. Programa de Seminários INEA sobre Desenvolvimento nas Áreas Rurais. Métodos de análise e políticas de intervenção. Roma, 30 de outubro de 1996. CRES Udine. Tradução do original italiano por Ângela Kageyama, do Instituto de Economia da UNICAMP.

SCHIER, Raul Alfredo. **Trajetórias do conceito de paisagem na geografia**. In: RA'É GA. Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003. Editora UFPR.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SEFAZ-RS. Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, Relatórios de Valor Adicionado Bruto por Município – São Pedro da Serra. 2002- 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. **Território e identidade**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas. Três Lagoas/MS, v.1, nº 6, ano 4, novembro de 2007

TUAN, Yi Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

UNIVATES. Núcleo de Geoprocessamento. **Uso e ocupação do solo em São Pedro da Serra. São Pedro da Serra – localização**. Mapas. Disponível em meio digital. 2008.

VEIGA, José Eli. **Destinos da ruralidade no processo de globalização**. Estudos avançados. N.51, p.51-67, maio-agosto 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno**. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latino americano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso em: 20 de novembro de 2012.

APÊNDICE 1 –ROTEIRO DA ENTREVISTA AOS AGRICULTORES FAMILIARES INTEGRADOS

1. Nome do entrevistado e idade
2. N° de pessoas/idades na família. Todos residem e/ou trabalham na propriedade?
3. Naturalidade? (Caso não seja natural do local, quanto tempo reside ali, e o motivo da mudança).
4. Profissão
5. Tempo na agricultura
6. Como você descreveria a sua profissão para uma pessoa que não conhece as atividades agrícolas e a vida rural nesta localidade
7. Conte um pouco de sua história na agricultura.
8. Por que optou pelo trabalho como integrados às agroindústrias?
9. Fale como era a vida, trabalho e produção antes do trabalho como integrados as agroindústrias. E após a integração.
10. Você considera positiva a integração as agroindústrias? Por quê? Acredita que mais produtores locais devam se integrar?
11. Alguém da família realiza outras atividades na propriedade além do trabalho no estabelecimento integrado? E fora da propriedade? (para ver se são pluriativos)
12. A influência dos pais e/ou avós foi importante? O que eles ensinaram que você considera importante destacar?
13. Você acredita que seus filhos lhe sucederão ou continuarão realizando as atividades na propriedade
14. Fale sobre as relações de vizinhança, festas e comemorações na comunidade.
15. Você gosta do local onde mora (comunidade, município)?Por quê?